

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ELISA ISABEL TEIXEIRA ALFAMA MONIZ

**INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NOS BLOCOS REGIONAIS DA ÁFRICA: UMA
ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE CABO VERDE E A CEDEAO**

**FLORIANÓPOLIS
2019**

ELISA ISABEL TEIXEIRA ALFAMA MONIZ

**INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NOS BLOCOS REGIONAIS DA ÁFRICA: UMA
ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE CABO VERDE E A CEDEAO**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Daniel de Santana Vasconcelos.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da
UFSC.

Moniz, Elisa Isabel

Integração Econômica nos Blocos regionais da África : Uma
análise da relação entre Cabo Verde e a CEDEAO / Elisa
Isabel Moniz ; orientador, Daniel de Santana Vasconcelos ,
2019.

59 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis,
2019.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Integração Econômica. 3.
África. 4. CEDEAO. 5. Cabo Verde. I. , Daniel de Santana
Vasconcelos. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

ELISA ISABEL TEIXEIRA ALFAMA MONIZ

**INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NOS BLOCOS REGIONAIS DA ÁFRICA: UMA
ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE CABO VERDE E A CEDEAO**

A banca examinadora atribuiu a nota 9 (nove) à aluna Elisa Moniz na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela a apresentação do trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Daniel de Santana Vasconcelos
Orientador

Prof. Dr. Valdir Alvim
Membro da Banca

Prof. Dr. Daniel Castelan
Membro da Banca

Aos meus pais, Lúcia Gonçalves e Elias Moniz, que sempre me apoiaram nas minhas escolhas.

AGRADECIMENTOS

O sentimento de alegria e missão cumprida transbordam do meu ser, a cinco anos atrás sem noção do que seria viver longe dos pais e assumir responsabilidades que já mais imaginei que teria de assumir, atravessei o oceano para lutar pelos meus sonhos. Pois bem, já não sou a menina tímida e inocente que vivia num mundo cor de rosa, ao deparar com as adversidades da vida, me vi obrigada a crescer para que pudesse ultrapassar os desafios e frustrações nesta caminhada. Mas tudo isso não seria possível sem a ajuda e a presença destas pessoas na minha vida.

Primeiro agradeço a Deus, que me concedeu a dádiva da vida e cuja misericórdia e benevolência eternamente me acompanharão e pelos pais exemplares, Elias Alfama Vaz Moniz e Lúcia Maria Teixeira Gonçalves, que desde o primeiro momento tudo têm feito para o meu abençoado crescimento e desenvolvimento. Cujos esforços jamais poderão ser convertidos em palavras e não há agradecimento que chegue para os esforços dispendidos e agradeço eternamente pela minha irmã caçula Eliane Teixeira Alfama Moniz, declarada parceira de todos os momentos, sem a presença dela não conseguiria completar esta caminhada.

Agradeço ao Mamadu Alfa Djau por me ajudar na concretização deste trabalho, pois sem ele não conseguiria ultrapassar esta última etapa. Obrigada pelas palavras de conforto, pelas reuniões que sempre me dava esperança que seria possível a realização da monografia e pela paciência no decorrer destes últimos meses.

Á Luísa Filho, a irmã que Florianópolis me deu. A ti agradeço desde o primeiro dia que te conheci, foram cinco anos de alegrias, frustrações e vitórias, principalmente nestes últimos meses onde tivemos noites incansáveis de estudos e tardes no labmec corrigindo a minha monografia. Obrigada pelos conselhos, pela força e pelas gargalhadas.

Ao meu orientador, Daniel Vasconcelos, por ter aceitado esta aventura cheia de altos e baixos. Obrigada pelos ensinamentos nas aulas de macroeconomia, por aceitar de frente trabalhar com um tema fora da sua realidade e muito obrigado pela sua paciência comigo.

Aos meus familiares em especial aos meus tios que me criaram e trato como pais, Gabriel Lopes e Rosa Maria, que contribuíram com palavras de apoios e mimos durante estes cinco anos. Aos meus amigos de Florianópolis, Luís Felipe, Anilde Chagas, Airton Fukunaga e Danielle Martins por tornar esta caminhada mais leve e divertida.

Á minha família cabo-verdiana de Florianópolis, um muito obrigado por tudo, pelas festas, pelos debates e pelo conforto de se sentir em casa, vocês são importantes na minha vida. Aos amigos de outros países que tive o prazer de partilhar experiências e aprendizados.

A todos que cuidaram da minha mãe durante estes últimos meses em especial a Eduina Gomes Cardoso, Zeiza Sofia Gomes e Bella Casecar que amenizam a minha preocupação com a saúde da minha mãe nesta etapa final ao lhe prover incomensuráveis e incondicionais carinhos, cuidado e atenção.

Aos professores do departamento da Economia e relações internacionais pelo ensinamento transmitidos durante este ano, em especial a professora Carmen Gelinski por me ajudar no início da minha adaptação na Universidade e por sempre se preocupar comigo.

RESUMO

O presente trabalho buscou analisar a integração econômica na África Ocidental, concretamente a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, com o foco em economia cabo-verdiana e tem como objetivo principal analisar os principais indicadores macroeconômicos, inclusive a trajetória da Dívida Pública dos países membros da CEDEAO, com olhar específico para Cabo Verde. O trabalho utilizou da metodologia bibliográfica e documental, utilizando das fontes de dados como livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos científicos e sites de organizações públicas cabo-verdianas e internacionais em busca de informações mais credíveis, que possibilitaram maior credibilidade para este estudo. Assim, os resultados encontrados mostram que há muita variação econômica dentro do bloco, ou seja, existem muitas divergências em termos de potencialidade econômica entre os países membros, mostrando que em determinados momentos determinados indicadores de alguns países apresentam valores elevados de crescimento em detrimento de outros. Por fim, conclui-se que os indicadores econômicos do bloco mostraram o real comportamento da economia desses países membros e podem auxiliar nas tomadas de decisões para as políticas econômicas. Com relação ao Cabo Verde, percebe-se que o país se encontra em desvantagem em relação aos demais membros do bloco, com a exceção de alguns indicadores econômicos como a taxa de inflação e investimento estrangeiro direto. Conclui-se também que o país precisa de maior envolvimento nas relações econômicas e comerciais com os parceiros do bloco a fim de intensificar as suas atividades econômicas.

Palavras-chave: Integração Econômica; Dívida Pública; Indicadores Macroeconômicos.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze economic integration in West Africa, specifically the Economic Community of West African States, focusing on the Cape Verdean economy and its main objective is to analyze the main macroeconomic indicators, including the Public Debt trajectory of the member countries of ECOWAS, with a specific focus on Cape Verde. The work used bibliographical and documentary methodology, using data sources such as books, doctoral dissertations, master's dissertations, scientific articles, and sites of Cape Verdean and international public organizations in search of more credible information, which allowed greater credibility for this study. Thus, the results show that there is a lot of economic variation within the bloc, that is, there are many divergences in terms of economic potential among the member countries, showing that at certain times certain indicators of some countries show high growth rates to the detriment of others. Finally, it is concluded that the economic indicators of the bloc showed the real behavior of the economy of these member countries and can aid in the decision-making for the economic policies. With regard to Cape Verde, one can see that the country is at a disadvantage compared to the other members of the bloc, with the exception of some economic indicators such as the inflation rate and foreign direct investment. It is also concluded that the country needs to be more involved in economic and trade relations with the partners of the bloc in order to intensify its economic activities.

Keywords: Economic Integration; Public debt; Macroeconomic Indicators.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização geográfica de Cabo Verde.....	18
Figura 2 – Variação do PIB Real de 1980 a 2018 (%).....	22
Figura 3 - Diferentes blocos de integração regional na África.....	25
Figura 4 - Taxa de crescimento do PIB dos países da CEDEAO em percentagem (1980-2016).....	40
Figura 5 – Taxa de crescimento do PIB de Cabo Verde em percentagem (1980 – 2016).....	41
Figura 6 – Dívida Pública dos países da CEDEAO em percentagem do PIB (1980 - 2016)	44
Figura 7- Dívida Pública de Cabo Verde unilateralmente em percentagem do PIB (1980 - 2016).....	45
Figura 8 – IDE dos países da CEDEAO em percentagem do PIB (1980 – 2016).....	48
Figura 9 – Taxa de inflação dos países da CEDEAO (1980 – 2015).....	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores de crescimento econômico na CEDEAO de 2004 a 2009.....	33
Tabela 2 – Evolução do PB com taxa de crescimento anual dos países da CEDEAO no período de 2001 a 2011.....	34
Tabela 3 – Trajetória do PIB dos países da CEDEAO em milhões de dólares (1980 - 2015).....	38
Tabela 4- Fluxo de investimento externo direto na CEDEAO em milhões de dólares (1990-2016).....	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCV – Banco de Cabo Verde

BM – Banco Mundial

CAE - Comunidade da África do Leste

CEEAC – Comunidade Econômica da África Ocidental

CEAO- Comunidade dos Estados da África Ocidental

CEDEAO-Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

CEMAC- Comunidade Econômica e Monetária da África Ocidental

CFA – Comunidade financeira Africana

CMA - Common Monetary Area

CEN-SAD- Comunidade dos Estados do Sahel-Saara

COI - Comissão do Oceano Índico

COMESA- Mercado Comum da África Ocidental e Austral

CUA- Comissão da União Africana

ECCAS- Comunidade Econômica dos Estados da África Central

ECOWAS- Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

ENACOL – Empresa Nacional de Combustíveis

FMI- Fundo Monetário Internacional

IDH- Índice De Desenvolvimento Humano

IGAD- Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento

INE- Instituto Nacional De Estatística

LOPE- Lei Sobre A Organização Política Do Estado

MPD- Movimento Para Democracia

NEPAD- Nova Parceria de Cooperação Para o Desenvolvimento da África

PAE- Programa de Ajustamento Estrutural

PAIGC- Partido Africano Da Independência De Guiné Bissau E Cabo Verde

PAICV- Partido Africano De Independência De Cabo Verde

PCD- Partido Da Convergência Democrática

PIB- Produto Interno Bruto

PND- Plano Nacional De Desenvolvimento

PRD- Partido De Renovação Democrática

PSD- Partido Social Democrático

PTS- Partido Do Trabalhador Social

SADC - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

TEC - Tarifa Extra Comum

UCID- União Cabo-verdiana Independente E Democrática

UMA - União do Magreb Árabe

USD - United States Dolar

OUA - Organização Da Unidade Africana

UA - União Africana

UEMOA - Unidade Econômica e Monetária da África Ocidental

UNECA - United Nations Economic Comission for Africa

UMA – União do Magreb Árabe

ZMAO - Zona Monetária da África Ocidental

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.2 OBJETIVOS	15
1.2.1 Objetivo Geral	15
1.2.2 Objetivos Específicos	16
1.3 METODOLOGIA	16
2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE CABO VERDE APÓS A INDEPENDÊNCIA	18
2.1 Situação geográfica e demográfica de Cabo Verde	18
2.2 Cabo Verde pós-independência: um breve olhar sobre a situação histórica e política	19
2.3 Características econômicas de Cabo Verde.....	20
3 COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL	24
3.1 Integração e organização administrativa do continente africano	24
3.2 Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)	28
4 DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES MACROECONÔMICOS DOS PAÍSES DA CEDEAO	37
4.1 Análise da evolução do PIB e de taxa de crescimento dos países da CEDEAO	37
4.2 Análise da dívida pública, IDE e inflação dos Países da CEDEAO	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52

1 INTRODUÇÃO

A integração econômica em um mundo globalizado é utilizada pelos países como uma ferramenta importante para o alcance do crescimento e desenvolvimento econômico. Segundo Murapa (2002) um dos benefícios da integração reside no poder de utilização de vantagens comparativas dos Estados membros, geralmente, através de estabelecimento de zonas livres de comércio com a isenção de barreiras tarifárias e não tarifárias, bem como pela criação de união alfandegária pela qual toda a restrição ao comércio é removida, e preza pela harmonização de políticas econômicas, monetárias, fiscais e sociais no bloco.

Segundo Calich (2018), o avanço dos processos de integração regional trouxe ascensão econômica de alguns países periféricos através de iniciativas como cooperação Sul-Sul em diversos níveis. Para além de seguir a tendência global de interdependência, estes países se beneficiariam de uma agenda política voltada ao desenvolvimento conjunto, representando uma resposta a impasses políticos e econômicos compartilhados, como é o caso dos países africanos que passaram a organizar-se em blocos regionais com o intuito de facilitação de transações comerciais, e mutuamente benéficas entre os países membros.

A criação da Organização da Unidade Africana foi um marco importante ao desenvolvimento do continente em termos econômicos e comerciais. Ao longo do continente os países estão subdivididos administrativamente a fim de gerir programas que auxiliam no desenvolvimento socioeconômico como é o caso da CEDEAO criada em 1975 com esse intuito por conjunto de países da África Ocidental. Com a entrada de Cabo Verde na CEDEAO em 1976, busca-se entender como é que esta integração influencia no crescimento e desenvolvimento econômico do país, como também na promoção da sua inserção no sistema econômico regional e internacional.

Entre os diversos blocos de integração econômica existentes em África, é criada a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), em 1975, constituída inicialmente por dezesseis países – membros, dessa região africana, com diferentes experiências coloniais e sistemas políticos, diversidade culturais e linguísticas. Trata-se de um acordo multilateral celebrado atualmente por quinze¹ estados membros que fazem parte da comunidade, com o objetivo de diminuir as barreiras tarifárias e não tarifárias, eliminar as taxas de importação, ampliar o comércio intercomunitário, programar uma política comercial comum, a supressão dos obstáculos a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais. Além disso, o tratado tinha como meta um acordo que permita que os estados-membros

¹ A Mauritânia retirou-se do bloco no ano de 2000.

trabalharem em conjunto como um bloco econômico regional. Assim, a fim de concretizar estas metas, levou em conta à carta africana sobre os direitos humanos e dos povos e a declaração dos princípios políticos da comunidade e tinham o conhecimento de que esta integração numa comunidade regional viável exige a partilha parcial e gradual de soberanias regionais viáveis, no contexto de uma vontade política coletiva (ECOWAS, 2019). A integração no bloco não tem cumprindo a meta, pois não conseguiu amenizar as tensões políticas, nem diminuir a pobreza em alguns países, levando a migração dessa população aos países vizinhos, e o processo de integração na região tem apresentado um fraco desempenho, explicada principalmente pelas diferenças econômicas entre os países, a diversidades culturais e linguísticas, e as frequentes rupturas democráticas em alguns países que enfraquecem a confiança entre os estados-membros. Mesmo assim, os países têm engajado para que a comunidade desenvolva e ultrapasse estes impasses (GOMES, 2018).

Devido a sua localização geográfica, Cabo Verde passa a passar a caracterizar-se como uma economia insular com escassos recursos naturais e solo inapropriado para o cultivo agrícola. Esses fatores deixaram o país numa condição de dependência econômica, recorrendo, essencialmente, a ajudas externas, por meio de empréstimos e envio de remessas de emigrantes, a fim de canalizar recursos para os diversos setores de atividade econômica. Dessa forma, se torna imprescindível o ingresso de Cabo Verde num bloco econômico como a CEDEAO a fim de suprir a escassez de recursos na economia e ganhar maior visibilidade junto aos parceiros internacionais, e atingir objetivo de obter recursos estratégicos e essenciais para o seu crescimento e desenvolvimento, bem como garantir uma inserção no mercado econômico regional e mundial. Além disso, a integração do país neste bloco econômico em que a grande maioria dos países é detentora de riquezas naturais, tem sido importante tanto para Cabo Verde como para o bloco devido a sua posição geográfica, e a estabilidade econômica e política, são fatores importantes e oferecem ao país uma oportunidade de se estabelecer como uma plataforma logística e de capitais entre os membros da CEDEAO.

Isto advém do fato do país ser considerado um dos países africano democrático e estável politicamente. Alguns autores alegam que a integração constitui uma vantagem de mão dupla, uma vez que Cabo Verde ganha com a sua integração na CEDEAO, e lhe é possibilitado o acesso às potencialidades econômicas do bloco, como recursos naturais, a consolidação da sua posição geopolítica e geoestratégica, tanto em relação aos países vizinhos e à comunidade internacional. Com base na informação acima referida, pretende-se aprofundar na temática com o seguinte questionamento de pesquisa: Qual tem sido o

desempenho dos principais indicadores macroeconômicos de Cabo Verde, inclusive a dívida pública em relação aos demais países da CEDEAO?

Tendo em conta o comportamento dos indicadores macroeconômicos, analisar o desempenho destes na economia de Cabo Verde a partir da década de 1980, inclusive a dívida pública se torna no fator principal para justificar a realização deste trabalho desse país, como por exemplo, o elevado grau de endividamento público, constitui justificativa principal de este trabalho analisar os indicadores econômicos deste país africano, em comparação aos outros países membros desse bloco econômico, como forma de descobrir o seu posicionamento dentro da CEDEAO.

Constitui também outra justificativa importante desse trabalho, contribuir para o enriquecimento da base bibliográfica das universidades no Brasil e em Cabo Verde, para futuros pesquisadores sobre o mesmo assunto.

Deste modo, o presente trabalho se encontra organizado em cinco capítulos. O primeiro capítulo que está constituído pelo tema e problema de pesquisa, os objetivos (gerais e específicos) a justificativa e a metodologia utilizada para obter os resultados do trabalho, formando assim a introdução deste. No segundo capítulo faz-se uma breve contextualização geográfica, política e socioeconômico de Cabo Verde com intuito de entender a trajetória da dívida pública e o porquê do seu crescimento acelerado ao longo dos anos. O terceiro capítulo descreve o processo que levou a criação da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), bem como a inserção de Cabo Verde ao bloco econômico.

No quarto capítulo é feita uma descrição de diferentes indicadores macroeconômicos a fim de compreender a posição de Cabo Verde em relação aos demais países, como também a análise do endividamento público cabo-verdiano, análise comparativa com os demais países membros da CEDEAO. Já no quinto, e último, capítulo são apresentadas as considerações finais a respeito da integração de Cabo Verde na CEDEAO em comparação aos demais países membros.

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos são divididos em gerais e específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar os principais indicadores macroeconômicos, inclusive a trajetória da Dívida Pública dos países membros da CEDEAO, com olhar específico para Cabo Verde.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Fazer a contextualização histórica e os demais indicadores sócio-demográficos de Cabo Verde;
- Descrever o processo de criação da CEDEAO, destacando a integração de Cabo Verde a este bloco da África Ocidental;
- Descrever os principais indicadores macroeconômicos dos países da CEDEAO, inclusive a dívida pública, com destaque para Cabo Verde;

1.3 METODOLOGIA

Segundo Gil (2008), a ciência é caracterizada como uma forma de conhecimento objetivo, racional, sistemático, geral, verificável e falível. A ciência como uma forma de conhecimento tem por objetivo formular mediante linguagem rigorosa e apropriada, leis que regem os fenômenos. Constitui objetivo fundamental da ciência chegar à veracidade dos fatos. Sendo assim, esta não se distingue das outras formas de conhecimento. Porém, o que torna o conhecimento científico diferente dos demais é a sua característica de verificabilidade. Para que o conhecimento seja considerado científico, é necessário que se identifique as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. O método é visto como um caminho para chegar a um determinado fim e o método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos utilizados para atingir determinado conhecimento (GIL, 2008).

Com relação ao objetivo geral, Gil (2002), classifica as pesquisas em: exploratórias, descritivas e explicativas. Quanto ao objetivo geral este trabalho pode ser classificado como descritivo e explicativo. Descritivo porque tem como objetivo descrever os fenômenos e estabelecer uma relação entre as variáveis, e é explicativo porque tem como objetivo principal analisar o desempenho dos indicadores macroeconômicos de Cabo Verde, como por exemplo, a dívida pública que vem apresentando um elevado nível de crescimento em relação aos países membros da CEDEAO que decresce ao longo dos anos.

O problema da pesquisa será abordado de forma qualitativa e quantitativa. Para o confronto dos fatos do ponto de vista empírico, torna-se necessário traçar um modelo conceitual operativo da pesquisa. Quanto ao procedimento técnico, este trabalho pode ser considerado como uma pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que serão elaboradas com base em livros, artigos, dissertações, e demais produções acadêmicas que abordam o tema sobre a integração econômica e os seus benefícios aos países que adquirem esta política de desenvolvimento, também falam sobre a localização geográfica e descreve o desenrolar da

política de Cabo Verde após a independência, bem como por consulta de documentos disponibilizados por instituições governamentais, como o Banco de Cabo Verde e o Instituto Nacional de Estatística que disponibilizam dados e informações sobre o crescimento da economia Cabo-verdiana, e através de instituições internacionais como o FMI, Banco Mundial, UNCTAD e OECD, entre outras. Estas técnicas adotadas permitem contemplar os três objetivos específicos destacados que, através dos quais, o objetivo geral é alcançado.

2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE CABO VERDE APÓS A INDEPENDÊNCIA

O presente capítulo aborda aspectos importantes sobre a geografia, a demografia, a política e o socioeconômico de Cabo Verde, com recorte a partir da independência em 1975. Esta descrição permite adentrar com maior clareza em abordagens sobre dívida pública cabo-verdiana, comparativamente aos demais países da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

2.1 Situação geográfica e demográfica de Cabo Verde

A república de Cabo Verde é localizada na costa ocidental africana. O país é banhado pelo Oceano Atlântico, é um arquipélago formado por dez ilhas e cinco principais ilhotas, nomeadamente: Branco, Raso, Luís Carneiro, Grande e de Cima. Ocupa uma superfície aproximada de 4.033 km², sendo que as ilhas de origens vulcânicas ficam a 500 km do Senegal e se situam entre os paralelos 14° 23' e 17° 12' de latitude Norte e os meridianos 22° 40' e 25° 22' a Oeste de Greenwich, conforme demonstra abaixo a Figura 1. As ilhas são caracterizadas por um clima árido e semiárido, quente e seco, uma temperatura média anual em torno dos 25° C e contém duas estações durante o ano, seca e chuvosa. A estação seca se verifica entre os meses de Dezembro e Junho, e a estação chuvosa entre os meses de Agosto e Outubro (CABO VERDE, 2018).

Figura 1- Localização geográfica de Cabo Verde



Fonte: <http://csie-esg.blogspot.com/2013/11/cabo-verde-por-emerson-santiago.html>

Devido à influência dos ventos alísios do Nordeste, as ilhas encontram-se divididas em dois grupos regionais: Barlavento e Sotavento. A primeira região, Barlavento, ao norte do

país, é formada pelas seguintes ilhas: Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista; e a segunda região, Sotavento, localizado ao sul do país, é formada pelas ilhas: Maio, Santiago, Fogo e Brava. Com relação à divisão administrativa do país, das dez ilhas, nove são compostas por vinte e dois concelhos (municípios), sendo que a ilha de Santa Luzia não é habitada, contando apenas com visitas turísticas (CABO VERDE, 2018).

Segundo os dados do anuário estatístico divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a população total do país é estimada em 537.661 habitantes, sendo 270.091 habitantes do sexo masculino, e 267.570 habitantes do sexo feminino (CABO VERDE, 2018). Quanto à estrutura da população por sexo, entre os anos de 2014 a 2017, tem se verificado um crescimento constante na população do sexo masculino em relação à população do sexo feminino.

A análise por concelho indica que Praia e São Vicente apresentam uma maior concentração da população, representando, em 2017, respectivamente, 29,6% e 15,4% do total da população do país. Os concelhos com menor concentração de população são Tarrafal de São Nicolau e Santa Catarina do Fogo, com igual percentagem (1,0%). Praia é a capital e a cidade mais populosa do país, com cerca de 159 mil habitantes, enquanto Tarrafal de São Nicolau é a menos populosa tendo cerca de 5,2 mil habitantes (CABO VERDE, 2017). A língua oficial do país é o português, falado por cerca de 87% dos habitantes, predominante nas zonas urbanas, enquanto a língua materna de Cabo Verde é o crioulo. A moeda nacional é o Escudo Cabo-verdiano, (CABO VERDE, 2017; MADEIRA, 2013).

Na próxima seção aborda-se, em síntese, a situação histórica, política e econômica de Cabo Verde, partindo do período que abrange a proclamação da independência à atualidade.

2.2 Cabo Verde pós-independência: um breve olhar sobre a situação histórica e política

Os Portugueses chegaram a Cabo Verde no ano de 1460 nas pessoas de Antônio Danoli e Diogo Gomes, navegadores portugueses, porém a ocupação efetiva do território ocorreu somente em 1462. O país foi colônia portuguesa durante cinco séculos, tendo alcançado a independência no dia 5 de julho de 1975, devido ao processo de negociação resultante dos acordos de Londres e Argel entre o governo português e o Partido Africano da Independência de Guiné Bissau e Cabo Verde (PAIGC), sob liderança de Amílcar Cabral² e

² Nascido a 12 de setembro de 1924, na região de Bafatá na Guiné Bissau, filho de pais cabo-verdianos, formado no Instituto Superior de Agronomia em Lisboa no curso de Engenharia Agrônoma. Dedicou sua vida política na luta da libertação das colônias portuguesas na África, em particular de Guiné Bissau e Cabo Verde. Foi assassinado no dia 20 de janeiro de 1973 na Guiné Conakry, sendo que o assassinato continua um mistério.

seus companheiros, Aristides Pereira, Luís Cabral, Júlio de Almeida e Pedro Pires (DA GRAÇA, 2013; FERNANDES, 2017).

Após a independência, o PAIGC assumiu a liderança do país num regime monopartidário, através da Lei sobre a Organização Política do Estado (LOPE), tendo governado até 1980, quando houve o golpe de Estado na Guiné Bissau, motivo esse que deu origem a ruptura entre os dois países. Com este acontecimento, foi criada uma nova organização política, o Partido Africano de Independência de Cabo Verde (PAICV) que governou durante quinze anos até a transição do monopartidarismo para o multipartidarismo (DA GRAÇA, 2013).

No ano seguinte, 1991, ocorre a primeira eleição multipartidária, sendo realizada em janeiro do referido ano as eleições legislativas, e no mês de fevereiro a eleição presidencial, tendo saído vitorioso o Movimento para Democracia (MPD). No início dos anos 2000, o ambiente político proporcionou o surgimento de pequenos partidos como, a União Caboverdiana Independente e Democrática (UCID), o Partido da Convergência Democrática (PCD), Partido da Renovação Democrática (PRD), Partido Social Democrático (PSD) e o Partido do Trabalhador Social (PTS) que viriam a concorrer nas eleições legislativas do país. Desde 1991 até a presente data, ocorreram seis eleições democráticas presidenciais, nomeadamente, nos anos de 1991, 1996, 2001, 2006, 2011 e 2016 (MENDES, 2016; INE, 2015).

Atualmente, Cabo Verde é uma república democrática, soberana e unitária, cujas leis são regidas através da Constituição promulgada em 2010, com garantias dos direitos, deveres e liberdades dos cidadãos, definição do sistema de governo baseado no equilíbrio de poderes e eleições democráticas. (CABO VERDE, 2010).

2.3 Características econômicas de Cabo Verde

Neste subtópico apresenta-se um panorama geral sobre a economia do país, com base na análise da evolução dos indicadores econômicos e sociais. Antes disso, importa mencionar sobre a influência de fatores como a localização e o clima do país na atividade econômica nacional.

A localização geográfica de Cabo Verde tem um impacto direto no desenvolvimento da economia, porque constitui um dos pontos de maior densidade de cruzamento de rotas atlânticas marítimas e aéreas, fator esse que contribui no comércio com regiões vizinhas. Conforme Vieira (2012), esse fator tem sido uma importante ferramenta de barganha com os parceiros comerciais internacionais e utilizadas como instrumento da política externa de Cabo

Verde. Apesar disso, e por ser um país insular, o transporte é afetado devido a isolamento da ilha por causa dos fortes ventos que condicionam a movimentação dos transportes aéreos e marítimos.

A condição climática associada aos fatores como escassez de recursos hídricos, terra agricultável/arável, secas prolongadas, condicionam o desenvolvimento do setor agrícola, que é caracterizado como sendo fundamentalmente de subsistência. Por essa razão, a política externa do país centrou-se nas relações com organizações que ajudam no desenvolvimento nacional. Estas relações têm como objetivo a captação de recursos financeiros, por meio de empréstimos, que possam ser direcionados para o desenvolvimento da agricultura, infraestruturas de comunicação e transporte, saneamento básico, na cooperação técnica industrial, bem como no incentivo e apoio para cooperação regional. Para além do clima há outros fatores que atrasam o desenvolvimento econômico do país, como forte pressão populacional, reduzida dimensão territorial, e exiguidade do mercado de trabalho (BORGES, 2007; VIEIRA, 2012).

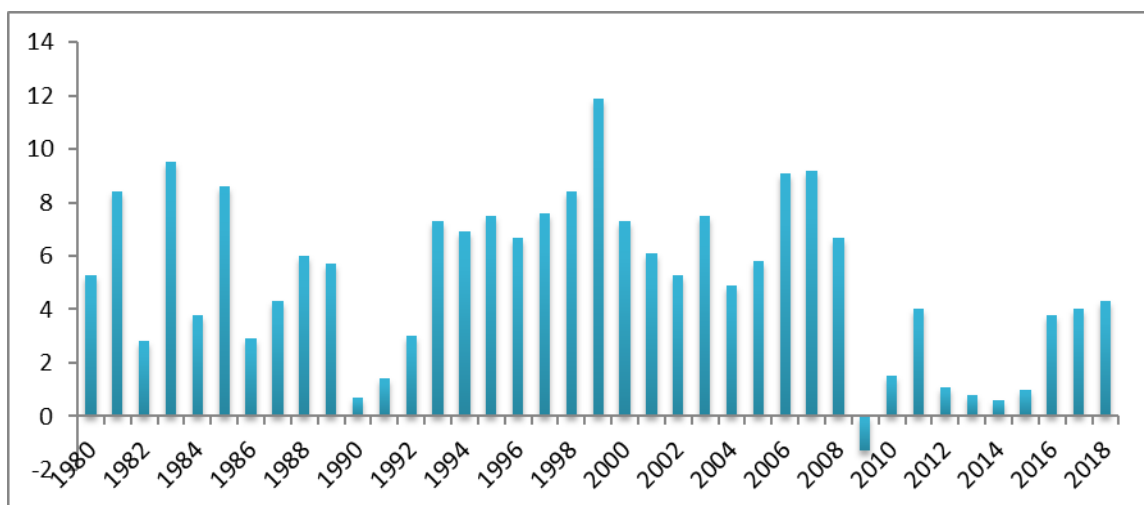
Tendo em conta essa realidade de Cabo Verde pós-independência, o governo adota o modelo econômico estatizante, baseado na ajuda pública ao desenvolvimento, onde o estado detinha o monopólio da economia, onde utilizava o mecanismo de controle direto para administrar os preços, o comércio internacional, o crédito e as taxas de juros criando e gerando empresas públicas em todos os setores da economia incluindo o bancário. Segundo Fernandes (2017), nessa altura, foram implementados três Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), sendo que o primeiro foi do ano de 1982 a 1985 e tinha como objetivo principal criar base para o estabelecimento da infraestrutura e industrialização, redução da pobreza, geração de emprego e fortalecimento do setor empresarial.

De 1986 a 1990 foi implementado o segundo PND, no qual o objetivo fundamental era fortalecer os ganhos obtidos no primeiro plano de desenvolvimento, diversificar a economia, reduzir a dependência externa e adotar políticas que davam mais espaço ao setor privado. O último PND de 1990 a 1995 baseou-se na modernização e internacionalização da economia onde o setor privado tinha uma maior presença econômica. De modo geral, as políticas adotadas nos três PNDs foram bem-sucedidas tendo em conta o crescimento do PIB verificado na década de 1980. No período 1985 até 1990 houve uma desaceleração da economia, devido à diminuição dos fluxos dos financiamentos externos, conforme pode se observar na Figura 1, (MENDES, 2010).

A atividade econômica em 2008 foi marcada por um quadro de interação de uma crise sem precedentes nos mercados financeiros internacionais e um abrandamento da

atividade econômica em escala global. Em 2009, houve uma queda acentuada no PIB de – 1,3%, decorrentes da retração econômica dos parceiros internacionais, (CABO VERDE, 2009). Segundo dados do Banco de Cabo Verde (CABO VERDE, 2016) sobre a economia, o crescimento da atividade econômica verificada desde 2016, foi devido ao desempenho da administração pública, das indústrias transformadoras e agricultura, também a deflação dos preços no consumidor e desinflação dos preços no produtor. Este crescimento indica que houve uma leve retomada da atividade econômica do país, como se vê na Figura 2.

Figura 2 - Variação do PIB Real de 1980 a 2018 (%)



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do FMI

Com relação aos demais indicadores econômicos, a taxa de desemprego nacional registrada em 2018 foi de 12,2%, segundo dados disponibilizados no site do INE. O setor terciário foi o que teve maior número de mão-de-obra empregada, cuja média foi de 64,4%, enquanto que no setor primário houve uma queda de 6% sendo que em 2016 foi de 20,4% e passou para 14,4% em 2017, já no secundário verificou-se um aumento de 2,7 pontos percentuais, e em comparação com o ano de 2016 passou de 18,5% para 21,2% em 2017.

Assim, a categoria de profissão com maior grau de empregabilidade, foi o grupo de profissões elementares como pessoal de limpeza, trabalhador não qualificado da agricultura pesca, transporte, construção, auxiliares de cozinha e vendedores ambulantes, com 30,9%, seguido de serviços pessoais, de proteção, segurança e pequenos comerciantes, com 22,7% e trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices, com 15,9%. A taxa de inflação verificada no período foi de -1,3%, e o índice de preço ao consumidor foram de 18%, o que indica um aumento no preço de determinado grupo de produtos com maior peso na cesta do consumidor (CABO VERDE, 2019; CABO VERDE, 2018; CABO VERDE, 2018).

O comportamento desses indicadores sociais e dos indicadores econômicos como, (o PIB per capita que foi de 3.389,94 USD em 2013, 3.369,64 USD, em 2014, 3.362,21 USD em

2015, 3.477,06 USD em 2016 e 3.571,41 USD em 2017 e o PIB nos respectivos anos foram 1.763.128.136 USD, 1.773.904.599 USD, 1.791.765.401 USD, 1.860.165.515 USD, 1.932.550.791 USD) colocou Cabo Verde num patamar de país de desenvolvimento médio. Sendo assim, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), vem melhorando significativamente ao longo dos anos, por exemplo, no ano de 2017 foi de 0,654 ficando na 125ª posição do ranking de IDH, onde o país se classifica como médio desenvolvimento humano. A taxa bruta de mortalidade do país em 2016 foi de 4,8% e esta taxa tem mantido no mesmo nível desde 2012.

Com relação ao índice de pobreza, no ano de 2015, o país registrou uma incidência de pobreza absoluta global na ordem dos 35%, isto significa que cerca de 180 mil pessoas são consideradas pobres, ou seja, vivem com um consumo médio anual por pessoa abaixo do limiar da pobreza. E a pobreza extrema se fixou em 10,6 %, (CABOVERDE, 2017).

3 COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL

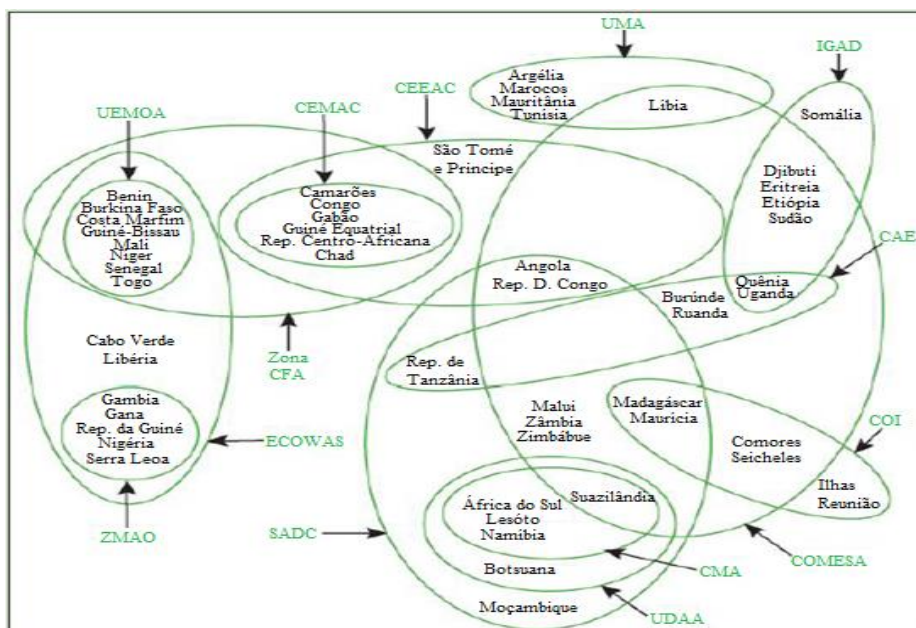
Na primeira parte do presente capítulo apresentam-se algumas experiências de integração regional no continente africano, com foco em teóricos e estudiosos que discutem o desenvolvimento regional na África. Em seguida, busca-se entrar na abordagem focada na zona ocidental, concretamente em Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), visto que é o Bloco Econômico em que Cabo Verde faz parte desde 1976, um ano após a sua independência. O desenvolvimento do estudo nesta direção permite uma maior clareza, sobretudo, no capítulo seguinte aonde se discute o nível da dívida pública nos países que compõem este bloco econômico, especificamente na economia cabo-verdiana, comparativamente com outros países membros.

3.1 Integração e organização administrativa do continente africano

O processo de integração regional na África é um processo que teve suas origens há muito tempo atrás. Porém a criação da Organização da Unidade Africana (OUA), em 25 de maio de 1963,(denominada posteriormente União Africana - UA, a partir de 2001), que é comemorada até o presente momento como o dia do continente africano, foi um acontecimento fundamental para o avanço do continente nas suas relações econômicas e comerciais em busca do desenvolvimento socioeconômico.

Assim, para compreender como o continente está subdividido administrativamente buscando facilitar na gestão dos programas que fomentem o desenvolvimento socioeconômico, a Figura 3 traz a distribuição dos blocos econômicos regionais, existentes no continente africano.

Figura 3 – Diferentes blocos de integração regional na África



Fonte: Adaptado de Djau (2019³).

Com isso, os principais objetivos da OUA, foram: (i) promover a unidade e solidariedade entre os países africanos; (ii) coordenar e intensificar a cooperação para o desenvolvimento; (iii) defender a soberania, integridade territorial e independência dos Estados africanos; (iv) erradicar o “colonialismo” da África sob todas as formas; (v) promover a cooperação internacional, respeitando a carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Para a concretização desses objetivos, a OUA ficaria responsável por coordenar as ações dos países em diversos setores: política e diplomacia, economia, transporte e comunicações, educação e cultura, saúde, ciência e tecnologia, defesa e segurança. (FERNANDES, 2011). Ainda segundo o autor, esta organização supranacional, não possuía nos seus primeiros anos de existência uma clara estratégia de desenvolvimento econômico e, perante essa lacuna, os países africanos adotaram o modelo de desenvolvimento elaborado pelas Nações Unidas, através da *United Nations Economic Commission for Africa* (UNECA).

A OUA só começou a traçar sua própria estratégia de desenvolvimento, alicerçada no fortalecimento da integração africana e na promoção das trocas comerciais entre os diversos blocos, a partir da década de 1970, com influência de fóruns de países do terceiro mundo ou de países não alinhados. A partir dessa etapa, a integração se converteu na estratégia fundamental desta organização africana em busca do desenvolvimento socioeconômico.

³ Siglas: CEEAC- Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental; CEMAC- Comunidade Econômica e Monetária da África Ocidental; COMESA- Mercado Comum da África Oriental e Austral (sigla em inglês); ECOWAS- Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental; IGAD- Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento; UEMOA- Unidade Econômica e Monetária da África Ocidental; SADC- Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral; ZMAO- Zona Monetária da África Ocidental.

Dentre estas estratégias adotadas, a mais destacada na época que visava facilitar o processo de desenvolvimento regional foi a criação de comunidades econômicas regionais em todas as regiões africanas, como destacada na figura acima. Nomeadamente, a Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEAO) em 1973 e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), em 1975; Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) criada em 1979; Union do Magreb Árabe (UMA), ressurgida em 1980 depois de uma atuação desastrosa nos anos 1960; Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS) em 1981; e a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), fundada em 1990.

Ainda, para melhor aprofundamento do processo integracionista, foram criadas a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) em 1994; o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) em 1993; e a Comunidade dos Estados do Saara (CEN-SAD) criado em 1998. Estas e demais estratégias do desenvolvimento, mostram o esforço que tem sido envidado no continente para seu maior nível de integração, em busca de maior cooperação e trocas mais justas entre os membros regionais.

Assim, a proclamação da UA para substituir a OUA, também teve como ponto de partida o desencontro de alguns dos objetivos traçados da antiga organização, tal como a defesa da independência dos países africanos colonizados. Esta instituição foi criada com o propósito de não só colocar a África no panorama econômico mundial, mas também de resolver os problemas sociais, econômicos e políticos que os países africanos enfrentavam. Seus objetivos são prioritariamente de promover e acelerar a integração socioeconômica do continente africano, com prioridade de reforçar a unidade e a solidariedade entre os diferentes países e povos; promover a paz, a estabilidade e a segurança do continente; acelerar e incentivar a investigação em todas as áreas do conhecimento, sobretudo nas ciências e tecnologia.

Para Badir (2008), a criação da União Africana é de suma importância, pois, pela primeira vez, uma organização africana inspira confiança e gera grandes expectativas e esperanças no sentido de dar maior visibilidade no cenário social, político e econômico mundial, propriamente como um bloco. Ainda, o autor acrescenta que esta criação surge num contexto diferente. Trata-se de uma nova fase, caracterizada pela eliminação dos últimos resquícios da “colonização” no continente, do regime racista e separatista da África do Sul em 1994, da pacificação de sociedades destruídas por guerras civis (a exemplo de Angola e Moçambique, etc.), dos avanços na democracia e da emergência de novas lideranças regionais.

Outra estratégia de desenvolvimento que apareceu nos últimos anos da existência da OUA e no início da UA, ou seja, entre os anos da virada do milênio, é a chamada Nova Parceria de Cooperação Para o Desenvolvimento da África (NEPAD). A NEPAD não é uma estratégia de integração, mas sim um documento estratégico elaborado com visão técnica para o desenvolvimento socioeconômico do continente africano. Segundo Fernandes (2011), durante o ano 2000, cinco chefes de Estado (Argélia, Egito, Nigéria, Senegal e África do Sul) receberam da então OUA a responsabilidade de propor um marco de desenvolvimento socioeconômico para o continente africano, resultando na NEPAD.

Os antecedentes da NEPAD podem ser encontrados nos Planos de Milênio, impulsionados pelos presidentes de Argélia e Nigéria, no Plano Omega do presidente senegalês Abdulaye Wade, que se inspira igualmente no programa da recuperação da África elaborado por Kingsley Amoako, Secretário Executivo da UNECA, como mencionam BADI (2001) e WADE (2005).

A NEPAD foi o resultado destes dois processos representando uma nova visão do desenvolvimento da África, e seu marco foi feito na 37ª Cúpula da OUA em julho de 2001. Dois anos mais tarde, concretamente, na Cúpula de Maputo, a UA já reconhecia a NEPAD como o programa de desenvolvimento socioeconômico dessa instituição para a reabilitação e renovação do continente, (NEPAD, 2001). A secretaria técnica da NEPAD está na cidade sul-africana de Midrand, sendo composta por um reduzido grupo de especialistas e profissionais que assumem a sua administração, coordenação e logística. (FERNANDES, 2011). Como pode ser constatada no primeiro artigo da sua Carta Constituinte, em que a definição da NEPAD se dá como o compromisso que os dirigentes africanos têm que assumir com a erradicação da pobreza e situar seus países, tanto individual como coletivamente, na direção de crescimento sustentável e o desenvolvimento. Ao mesmo tempo, participar ativamente na economia e na política internacional, (NEPAD, 2001).

Portanto, já foram discutidos até este ponto os aspectos voltados à integração no continente africano. O trabalho, em seguida, aborda a literatura que trata da integração, especificamente na África Ocidental que é a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), composta por 15 países da região, que é o objetivo de estudo deste capítulo. Buscando desta maneira, adentrar ou alcançar no próximo capítulo, a análise do comportamento da dívida pública dos países que compõem este bloco, olhando especificamente para os seus efeitos na economia de Cabo Verde.

3.2 Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)

Inicialmente a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) ou *Economic Community of West African States (ECOWAS* em Inglês), foi criada oficialmente em maio de 1975. Este evento foi presenciado por representantes de 15 Estados da África Ocidental (Benin, Burkina Fasso, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné Conacri, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo) e assinaram o Tratado que instituiu a Comunidade em Lagos, Nigéria.

O Tratado entrou em vigor em julho do mesmo ano, após sua ratificação por sete Estados. Cabo Verde foi integrado em novembro de 1976, totalizando então 16 Estados-membros, o que ficou reduzido a 15 membros, após a saída da Mauritânia em 2002. A sede administrativa fica localizada em Abuja, capital da Nigéria, os 15 Estados-membros, ocupam uma extensão territorial de 6,1 milhões de Km² com um total de 220 milhões de habitantes no início dessa década (CEDEAO, 2010).

Segundo Filho (2000) em 1976 foi realizado o primeiro encontro dos chefes de Estado e Ministros do Exterior da comunidade, o que marcou o início das negociações deste bloco. Sete países desta região formaram uma união econômica e monetária chamada de União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) tendo como membros Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo, tendo sob o compartilhamento do Franco CFA, a moeda comum desses países.

Para Badi (2008), a constituição da CEDEAO foi motivada por três fatores fundamentais, a saber: a criação de uma frente comum para lutar contra a dominação e a opressão das forças externas, por meio de cooperação entre os pequenos Estados da sub-região; o estabelecimento de uma economia forte e viável para acabar com a pobreza na zona, e a impossibilidade de desenvolvimento econômico isolado, devido ao pequeno mercado nacional e ao fracasso da estratégia de desenvolvimento adotada pela UNECA durante as décadas de 1960 e 1970.

A ideia de promover a comunidade econômica entre os países da África Ocidental partiu da iniciativa da Libéria, em 1964. Em 1968, como desdobramento desta iniciativa, teve lugar em Monróvia a conferência dos chefes de Estados e Governo dos países da África Ocidental, onde nove países estiveram representados: Gâmbia, Gana, Guiné Conacri, Libéria, Mali, Mauritânia, Nigéria, Senegal e Alto Volta, atual Burkina Faso. (SILVA, 2015).

Naquela ocasião foi discutida a necessidade de maior cooperação entre os Estados da região e da promoção da integração econômica, assentando as bases da criação do bloco

econômico. Portanto, essa conferência permitiu a adoção de um Protocolo estabelecendo a constituição de um grupo regional africano, com o objetivo precípua de estreitar a cooperação regional em vários campos. Assim como, discutiu-se a necessidade de se reduzir as barreiras tarifárias entre os países da região visando à formação, em última instância, de um Mercado Comum na África Ocidental, (FILHO, 2000).

Ainda segundo o autor, a iniciativa só não teve sucesso no início, pelo fato de que em termos regionais ficou limitada por causa da ausência de quatro países, Togo, Daomé (atual Benim), Níger e, principalmente, Costa do Marfim, que naquela época era segundo país mais rico na região. Os motivos deste insucesso inicial é que a Costa de Marfim tinha uma forte resistência a uma aproximação com países anglófonos, sobretudo a Nigéria. A falta de harmonização entre países anglófonos e francófonos, devido à luta pela hegemonia na região, criava entraves no processo da integração. Além disso, entre 1968 e 1972, uma série de acontecimentos políticos agitou os principais países da região, resultando em golpes militares – como em Gana e no Togo – e a Nigéria saindo do conflito civil conhecido por “Guerra de Biafra” que tratava de um conflito causado pelo choque entre dois grupos étnicos: os *ibos* provenientes da província de Biafra e os *hausa*.

Após o período longo deste conflito citado acima, com o apoio de Togo, o Governo nigeriano ciente dos benefícios econômicos que poderiam advir desta integração econômica regional, desencadeou uma ação diplomática com vistas a harmonizar as relações com países francófonos, membros da Comunidade de Estados da África Ocidental (CEAO), e convencê-los sobre a necessidade de criar uma comunidade que englobasse todos os Estados da Região.

Nesta trilha, em 1973, cinco anos após a Conferência de Monróvia, os Governos da Nigéria e de Togo, como frisado acima brevemente, promoveram a Conferência dos Ministros das Relações Exteriores da Região em Lomé, capital de Togo em que neste encontro, estiveram presentes os representantes de 13 Estados da África Ocidental, com a ausência de Gâmbia e república da Guiné (Guiné-Conacri).

Neste encontro, foi discutido e elaborado o primeiro documento do Tratado de criação da CEDEAO. Porém, antes da assinatura do Tratado Constituinte da Comunidade Econômica da África Ocidental, a proposta nigeriana foi amadurecida nas duas rodadas de negociações e discussões durante o ano de 1974, em Acra, capital de Gana e Niamey, capital de Níger. Portanto, em maio de 1975, os agora representantes dos 15 Estados reunidos na conferência em Lagos, capital da Nigéria, finalmente firmaram o Tratado Constituinte da CEDEAO, (FERNANDES, 2007).

Segundo Filho (2008), institucionalmente a Comunidade foi estruturada de forma a dinamizar os projetos de desenvolvimento e maior integração econômica na região, adotando a distribuição das funções entre vários órgãos, como: a) Conselho dos chefes de Estado e do Governo; b) Conselho dos Ministros; c) Parlamento Comunitário; d) Conselho Econômico e Social; e) Corte de Justiça da Comunidade; f) Secretaria Executiva; g) Fundo para Cooperação, Compensação e Desenvolvimento; h) Agência Monetária da África Ocidental; i) Instituto Monetário da África Ocidental e Comissões Técnicas Especializadas; e, j) Banco Regional de Investimentos. Todas estas instituições foram criadas pelo tratado de Lagos.

Com isso, a organização regional CEDEAO, tem como objetivos, promover a cooperação e o desenvolvimento em todos os campos das atividades econômicas, para elevação do nível de vida da sua população; melhorar e manter a estabilidade econômica; fortalecer as relações entre seus membros e contribuir para o progresso e desenvolvimento do continente africano. (BADI, 1992). Este Tratado ainda prevê a harmonização e coordenação de políticas nacionais; a criação de um mercado comum mediante liberalização dos intercâmbios comerciais; estabelecimento de uma tarifa exterior comum e uma política comercial comum; a eliminação dos obstáculos a livre circulação de pessoas, bens e serviços; resolução pacífica dos conflitos; respeito, promoção e proteção dos Direitos Humanos; e por fim, a criação de uma União Africana. Este último foi alcançado nos finais do Século XX e entrou em vigor no início do Século XXI, como foi mencionado acima.

Este projeto de Cooperação da Comunidade tem ainda outras metas ambiciosas como a promoção da integração econômica em diversos campos, tais como: “indústria, transporte, telecomunicação, energia, agricultura, recursos naturais, comércio, assuntos financeiros e monetários e em assuntos sociais e culturais”. (FILHO, 2000 p. 43).

Fernandes (2011) mostra que este Tratado da CEDEAO estimava a concretização da comunidade num espaço de 15 anos, progressivamente em três etapas. Na primeira etapa, com uma duração de dois anos, os Estados-membros realizariam estudos e organizariam as instituições comunitárias. Ademais, seria proibido estabelecer novos direitos de importações e aumentar os já existentes.

Na segunda, com uma duração de oito anos, o bloco ocupar-se-ia com a eliminação gradual dos direitos aduaneiros e outros impostos entre os Estados-membros, e promoveria a livre circulação de pessoas, serviços, bens e capitais. Na terceira fase, correspondendo os restantes cinco anos, seria instituída uma Tarifa Externa Comum –TEC- ao comércio extracomunitário, ou seja, TEC para o comércio entre os países integrantes do bloco e o resto do mundo.

Enfatiza ainda Fernandes (2011) que, passados alguns anos da assinatura da sua criação, a CEDEAO não conseguiu materializar seus principais objetivos, devido às várias dificuldades encontradas, como a continuação das barreiras tarifárias e não tarifárias para o comércio intercomunitário permanecendo muito elevada ainda, apesar de alguns avanços desde o Tratado; a falta de complementaridade dos sistemas econômicos dos Estados-membros; a ausência de infraestruturas adequadas; o conflito entre a Nigéria e a Costa do Marfim sobre o enfoque da Organização; a instabilidade política que se consubstancia nas mudanças sucessivas de Governos; a falta de vontade política dos Governos africanos centralizados na soberania nacional e a existência de um número excessivo de organizações regionais na África Ocidental, que frequentemente, acabam por solapar seus objetivos e atividades.

Em busca de reversão desta situação, Filho (2000) menciona que em julho de 1993, representantes dos países membros da CEDEAO, reunidos em Cotonou no Benin, fizeram a revisão do Tratado de Lagos, o que resultou na assinatura de um novo Tratado, designado de “Revisão do Tratado da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental”. Neste novo documento os Estados membros reiteraram o desejo de integração e da necessidade de reforçar a cooperação entre eles para promover o desenvolvimento regional, reafirmando a intenção dos países da região em atingir a zona de livre comércio, promover a união aduaneira e alcançar a união econômica e monetária, nos prazos previamente definidos.

Portanto, cabe dizer que a consolidação do bloco ainda não se concretizou na sua plenitude. Porém, apenas oito países da região (já mencionados nos parágrafos anteriores deste trabalho) concordaram em criar uma União Monetária, devido a várias divergências existentes entre os Estados membros que compõem a CEDEAO no que diz respeito ao gerenciamento do bloco, como também instabilidades políticas em alguns países membros.

No entanto, destaca-se também que no fundo ainda existe aquele permanente conflito destacado por Filho (2000), entre os países das “colônias” anglófonas e francófonas, por um lado, como também da luta pela hegemonia entre as potências econômicas regionais que é o caso da Nigéria e Costa do Marfim, por outro lado.

Para Diallo (2015) a integração regional esteve sempre na mente dos oeste-africanos desde os primeiros anos da independência, fruto dos grandes impérios como, Benin, Mali e Songhai que marcaram a região antes da “colonização” da Europa. Também pode ser destacado um aspecto importante, em que apenas a CEDEAO criada em 1975 conseguiu resistir aos períodos difíceis da “Guerra Fria”, a onda liberal e neoliberal que levou a adoção dos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) de 1980 a 1990. Ou melhor, a presença das

instituições de Breton Woods (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional) no continente africano na segunda metade do Século XX, viu a África Ocidental e o continente africano como um todo, sendo desafiado pela implosão dos frágeis Estados Nacionais, pelas guerras civis. Estas guerras foram mais intensas nos países como, Libéria, Serra Leoa, Ruanda, Angola, Burundi, etc.

Segundo Adebajo (2013), a partir deste período, se viu o continente a chamar cada vez menos atenção dos investidores externos que se deslocaram para as democracias emergentes da Europa Oriental. Com esta reflexão de Adebajo, pode-se afirmar que a percepção deste “abandono” do continente pelos parceiros tradicionais motivou a reação africana resultando no renascimento africano com a substituição da OUA para UA em 2001 e a criação do NEPAD em 2002.

Neste contexto para Sanankoua (2007) sem levar em consideração os problemas e dificuldades encontradas ao longo do tempo, a integração regional continua sendo uma estratégia fundamental para o desenvolvimento da região, considerando o nível e ritmo em que a globalização dos mercados se avança. Como também para as questões fundamentais referentes ao continente com relação aos problemas de governação, as crises e conflitos políticos-armados, às dificuldades econômicas, a pobreza e a falência dos estados nacionais.

Portanto, nesta questão segundo CEDEAO (2010), é indispensável à reestruturação contar com a integração econômica consolidada que consiga explorar de forma benéfica o mercado da região que segundo as estimativas poderá alcançar a capacidade de 400 milhões de consumidores em 2020, considerando um espaço econômico caracterizado pela sua diversidade cultural que se torna cada vez mais, como um grande incentivo para o aumento do processo integracionista regionalmente.

Já a Comissão da União Africana (CUA, 2011) acrescenta que desde 2001 os esforços realizados no quadro da integração regional permitiram o fortalecimento da zona de livre comércio, favorecendo o crescimento nominal do Produto Interno Bruto (PIB) ao longo deste período (2001 a 2010), estimado em cerca 80% (oitenta por cento), apesar da crise econômica e financeira vivida pelo mundo ocidental e outras regiões do planeta. Estes valores refletem alguns avanços alcançados na região nos últimos anos, um desenvolvimento positivo pelo menos quando considerado ao PIB, que cresceu de US\$ 216 bilhões em 2006 para US\$ 261,7 bilhões em 2007, evidenciando que antes da crise que afetou a economia internacional a partir do ano 2008, a economia do bloco registrava crescimento econômico promissor em seu conjunto.

A seguir, a Tabela 1, apresentando para período de 2004 a 2009, os indicadores do crescimento econômico anual na África Ocidental durante o período mencionado. Ou seja, crescimento de cada ano em relação ao anterior.

Tabela 1 - Indicadores de crescimento econômico na CEDEAO de 2004 a 2009

Indicadores/Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Taxa de crescimento do PIB (%)	3,1	3,6	4,12	5,0	6,4	6,7
Taxa de investimento/PIB (%)	14,2	15,1	15,9	18,4	20,1	21,9
Taxa de crescimento do estoque de capital (%)	1,61	1,54	2,70	2,96	3,59	4,28
Exportações intra-bloco (%)	13,8	13,8	11,2	11,2	11,8	12,1
Comércio intra-bloco(%)	11,7	11,9	10,4	10,8	11,5	11,9
Divisas (em % do PIB)	68,9	64,9	59,1	54,0	49,3	44,4
Taxa de poupança (% do PIB)	7,7	10,9	11,8	11,3	11,4	11,4
Renda per capita (em US\$)	276,3	279,4	283,0	289,5	300,3	312,6

Fonte: UEMOA (2009), Adaptado de Diallo (2015).

Olhando para os números da tabela apresentada acima apesar de avanços conseguidos, se tirarem as diferenças do crescimento de t+1 em relação à t-1, vê-se que o crescimento verificado de um ano em relação a outro ainda é baixo. Isso mostra que existe ainda poucas intensidades comerciais entre os países dentro do bloco, apesar do comércio avaliado em média em 20 milhões de dólares Americano por ano, durante o período de 1995 a 2001, ter crescido de 11% para 15% entre 2001 a 2007 de acordo com colocação da (UEMOA, 2009).

Estas informações, segundo UEMOA, podem ser explicadas pela falta de complementaridade ou de políticas de industrialização, uma vez que é verídico que a maioria dos países africanos, em geral, é exportadora de matérias-primas e importam os produtos acabados das indústrias do centro de capitalismo. Porém, mesmo com isso, o PIB dos países da CEDEAO teve uma taxa de crescimento anual significativo entre o período de 2001 a 2011 em relação à África como um todo, motivado pelo bom andamento do ritmo da economia dos países da região, como se segue na Tabela 2 abaixo.

Tabela 2 – Evolução do PIB com taxa de crescimento anual dos países de CEDEAO no período de 2001 a 2011.

Países/Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 (e)	2010 (p)	2011 (p)
Benin	6.2	4.4	3.9	3.1	2.9	3.8	4.6	5	3	3.5	3.8
Burkina Faso	7.1	4.7	8	4.6	7.1	5.5	3.6	5.2	3	4.4	5.2
Cabo Verde	6.1	5.3	4.7	4.3	6.5	10.8	7.8	3.9	3.9	5.1	6.4
Costa do Marfim	0	-1.6	-1.7	1.6	1.8	0.7	1.6	2.3	3.6	3.9	4.5
Gabão	2.1	-0.5	2.5	1.4	5	1.2	5.6	2.3	-1	3	3.2
Gâmbia	5.8	-3.2	6.9	7	5.1	6.5	6.3	6.1	4.8	5.4	5.7
Gana	4.2	4.5	5.2	5.6	5.9	6.4	6.3	7	4.7	6.4	8.3
Guiné Conakry	3.7	5.2	1.2	2.3	3	2.5	1.8	4.9	0.6	4.3	4.5
Guiné-Bissau	-0.6	-4.2	-0.6	2.2	3.5	0.6	2.7	3.3	2.9	3.4	4
Libéria	2.9	3.7	-31.3	2.6	5.3	7.8	9.4	7.1	4.4	7.7	8.6
Mali	11.9	4.3	7.6	2.3	6.1	5.3	4.3	5	4.4	4.6	5.3
Mauritânia	2.9	1.1	5.6	5.2	5.4	11.4	1	3.7	-1.1	4.5	4.9
Níger	7.4	5.3	7.7	-0.8	7.2	5.8	3.4	9.5	-0.9	3.2	5.1
Nigéria	8.2	21.2	9.6	6.6	6.5	6	6.5	6	3	4.4	5.5
Senegal	4.6	0.7	6.7	5.9	5.6	2.3	4.7	2.5	1.5	3.4	4.3
Serra Leoa	18.2	27.4	9.5	7.4	7.3	7.4	6.4	3.9	3.5	4	5
Togo	-1.3	-1.3	4.8	2.5	1.2	3.9	2.1	1.8	2.2	2.5	3.6
África	4.3	5.7	5.2	5.6	5.9	6.2	6.4	5.6	2.5	4.5	5.2

Fonte: Elaborado através de Diallo (2015), com dados da Perspectiva Econômica Africana (2012).

Como se pode perceber nos dados apresentados na tabela que mesmo sendo de uma contribuição positiva, trouxeram algumas características da dinâmica econômica regional. Sobretudo no que diz respeito ao comércio intra-bloco que se mostra muito baixo quando comparado ao potencial da região. Porém, sendo que este trabalho tem como foco a relação da dívida/PIB dos países da CEDEAO com foco em Cabo Verde, não iremos aprofundar essa análise aqui.⁴

A CEDEAO poderia ter um ritmo de crescimento econômico melhor de maneira geral, se as estratégias de industrialização adotadas pelos países membros logo após a independência tivessem sido feitas com maior nível de sustentabilidade e sem a presença de grandes rupturas no processo político-governamental, e constantes rupturas no sistema democrático. Ou seja, se algo como programas de substituição de importações tivessem sido adotados a fim de criar uma malha produtiva que preconizasse também, a industrialização de bens de consumo duradouro, baseado em participação efetiva e controle do setor produtivo pelo Estado (quase todos os países africanos tinham adotado o sistema da economia planificada). Além disso, se tivesse ocorrido um processo acompanhado pela qualificação profissional, diminuiria enormes dificuldades de mão de obra e quadros para fazer funcionar esta política econômica, como também os programas que fomentam o financiamento privado para aumento de investimento interno e a atração do investimento externo direto em setores chaves da economia, característicos de cada país.

Esta estratégia de acordo com a CEDEAO (2011) foi decidida sem fazer uma análise prévia ao nível regional, por isso teve severas consequências que impactaram na atividade produtiva da região até a atualidade. Ainda, CEDEAO destaca que das consequências advindas desta estratégia má traçada, entre várias se podem citar a criação de unidade de produção semelhantes e concorrentes na região (produtos rivais), enorme dependência dos produtos importados que englobem as matérias-primas, os bens de capital, como máquinas e também o próprio capital humano.

Por outro lado, segundo Diallo (2015) existia pouca vontade política para a transformação dos produtos locais por causa de grandes benefícios obtidos na época com a exportação da matéria-prima para países centrais devido ao elevado nível de expansão econômica que vigorou até a década de 1980, atrelado aos preços atrativos que vigoraram sobre estes insumos na época. Estas escolhas têm muito a ver com a divergência dos dirigentes africanos na véspera da independência, sobre tipo de relação econômica que

⁴ Assim, os detalhes que mostram outras potencialidades econômicas que a região apresenta, podem ser encontrados nos trabalhos de Fernandes (2011); Diallo (2015) e outros autores que trabalham sobre região.

deveria ser adotada entre os países do continente. Estas divergências impactaram tanto nas relações políticas intrafricana, que acabaram por motivar a criação da federação do Mali, criando maiores dificuldades na estrutura dos aspectos político e econômico na região e no continente como um todo. Outro fator desta divergência foi na criação da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963 por causa dos conflitos existentes entre grupos de Casablanca e Monróvia, ou melhor, uma divergência baseada entre radicalismo e moderados no que tangia a relação que se pretendia manter com o ocidente, (DIALLO, 2015). Estes episódios perduraram por muito tempo e ficaram conhecidos por conflitos entre os francófonos e anglófonos na África Ocidental.

Porém, apesar destas controvérsias, esta região do continente tem clima propício a atividades agrícolas, podendo favorecer a existência de atividades agroindustriais e outras indústrias de transformação que contribuíram no seu crescimento nas últimas décadas, como consta na Tabela 2, apesar da crise econômica e financeira que abalou a economia internacional a partir de 2008, e se desdobrou até os finais de 2012. Um dos carros chefes para esta realidade estatística é a agroindústria.

Como destacado pela própria CEDEAO (2001) em que revela que a indústria manufatureira dominada pela agroindústria representava em 2006 um total de 7,36 por cento do PIB da região, e mais de quatro quintos do valor agregado das manufaturas total da região. Crescimentos estes que vieram basicamente de quatro países mais dinâmicos da região, que no caso são Nigéria, Costa do Marfim, Gana e Senegal que contribuíram com os seguintes valores percentuais em relação ao total do PIB da agroindústria, que são 39,7; 23,4; 10,0 e 9,3, respectivamente. Ainda segundo esta organização regional, as tendências favoráveis a um aumento de comércio total na região, mesmo com obstáculos enfrentados pela CEDEAO desde meados de 2000 para implementação de acordos aduaneiros do comércio, é favorável.

Portanto, finda a abordagem teórica sobre a evolução do maior bloco econômico da África Ocidental que é a CEDEAO, no capítulo seguinte abordam-se as teorias que tratam da dívida pública com um olhar para o comportamento deste fenômeno nos 15 países que compõem o bloco, dando maior ênfase na sua comparação entre Cabo Verde e demais países da região que é o foco principal desta monografia.

4 DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES MACROECONÔMICOS DOS PAÍSES DA CEDEAO

No presente capítulo descrevem-se os diferentes indicadores econômicos dos países da CEDEAO destacando Cabo Verde, com destaque para Produto Interno Bruto per capita e agregado, taxa de crescimento do PIB do bloco e dos países unilateralmente, taxa de inflação, comportamento da dívida pública e fluxo de investimento direto.

4.1 Análise da evolução do PIB e de taxa de crescimento dos países da CEDEAO

A CEDEAO é composta por quinze países da África Ocidental, como foi descrito no capítulo três, dentre os quais o Cabo Verde que se figura entre os menores países do bloco, seja em dimensão econômica, territorial e populacional. Segundo dados do Banco Mundial (2018) os países com maiores números populacionais são respectivamente, Nigéria 190,8 milhões, Gana 28,8 milhões, Costa do Marfim 24,2 milhões, Mali 18,5 milhões. Por outro lado, os países com menor número de população dizem respeito ao Togo com 7,7 milhões, Serra Leoa 7,5 milhões, Gâmbia com 2,1 milhões, Guiné-Bissau 1,8 milhão, enquanto que Cabo Verde se situa na última posição com pouco mais de 546 mil, (BANCO MUNDIAL, 2018).

Ainda, os números de população dos países apresentados acima mostram, de certo modo, relação com o tamanho da economia e representatividade unilateral no bloco. Segundo dados do Banco Mundial (2018) apresentado na Tabela 3 abaixo, consta a série que mostra a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) de todos os países que compõem a CEDEAO de 1980 a 2015 e pode-se perceber que as quatro maiores economias da região, considerando o último ano na tabela – 2015 tratam-se da Nigéria com US\$ 481,1 bilhões, Gana US\$ 46,6 bilhões, Costa do Marfim US\$ 33,9 bilhões e US\$ 15,7 bilhões para o Senegal. Enquanto as quatro menores economias do bloco dizem respeito a Serra Leoa US\$ 3,1 bilhões, Cabo Verde US\$ 1,7 bilhão, Libéria US\$ 1,6 bilhão e por último está a Guiné-Bissau com US\$ 9,9 milhões. Segue abaixo a Tabela 3 com o PIB dos países da CEDEAO desde 1980 a 2015.

Tabela 3 – Trajetória do PIB dos países de CEDEAO em milhões de dólares (1980-2015)

	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Benin	2,207	2,754	3,034	3,727	4,767	5,773	6,970	8,755
Burkina Faso	2,128	2,600	3,008	3,644	5,047	6,872	8,980	11,688
Cote d'Ivoire	16,544	16,765	17,764	19,108	22,300	22,301	24,885	33,963
Cabo Verde	193	266	322	536	948	1,253	1,664	1,792
Ghana	9,75	9,528	12,048	14,858	18,356	23,470	32,175	46,470
Guinea	-	-	3,512	4,251	5,152	5,994	6,992	8,753
Gambia, The	331	387	472	524	653	758	952	1,061
Guinea-Bissau	383	517	622	727	662	721	851	1,000
Liberia	2,759	2,509	859	240	1,132	912	1,293	1,654
Mali	3,172	3,642	4,074	4,761	6,071	8,527	10,679	12,686
Niger	3,098	2,703	3,065	3,179	3,657	4,444	5,719	7,726
Nigeria	64,200	28,870	30,760	28,550	46,390	11,220	369,100	481,100
Senegal	4,956	5,697	6,399	7,090	8,668	10,886	12,949	15,770
Sierra Leone	1,642	1,708	1,794	1,360	1,386	1,998	2,578	3,164
Togo	1,859	1,827	2,065	2,073	2,563	2,709	3,173	4,046

Fonte: Banco Mundial (2018)

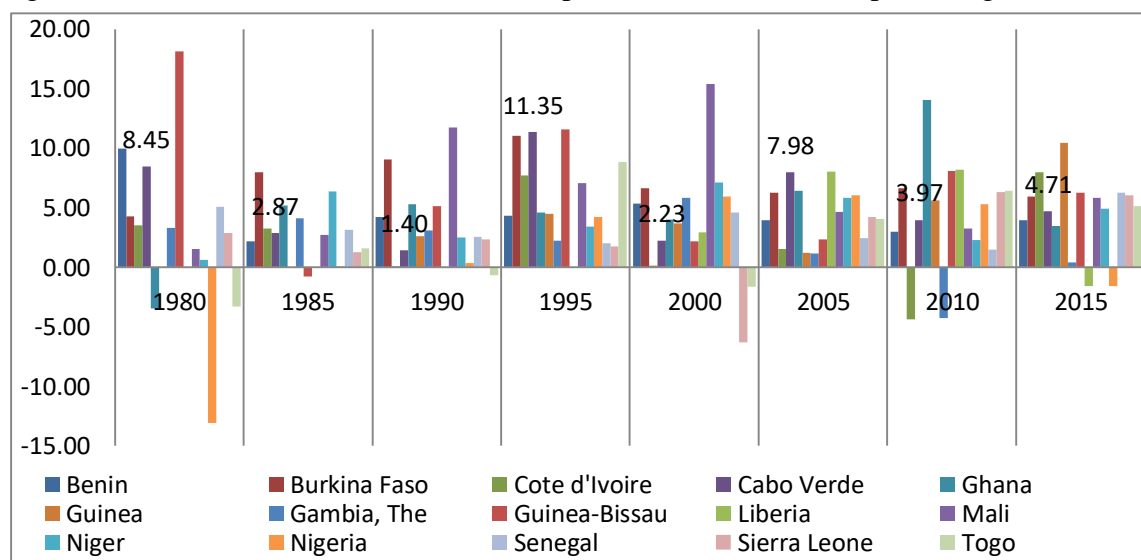
Percebe-se que apesar de Cabo Verde ter situado na última posição com relação ao número de população abaixo de 1 milhão de habitantes, mas não se figurou na última posição em relação ao ranking do PIB na CEDEAO. Isso mostra que, de certo modo, o país vem se esforçando em relação ao deslanche da sua economia, apesar de ter menores condições de robustez e por não dispor de recursos naturais comparativamente aos demais países. Esse destaque fica mais evidente quando se olha para o PIB per capita dos países, em que Cabo Verde se posiciona na primeira posição com o valor de US\$ 3.362, enquanto a média do PIB per capita dos demais países do bloco é de US\$ 1.000, (BANCO MUNDIAL, 2018). No entanto, mesmo com esse esforço demonstrado, cabe destacar que Cabo Verde é um país com economia fortemente assentada no setor terciário com foco em turismo e se contribui no setor que impulsiona a economia e garante emprego e renda para a grande maioria da força de trabalho, como foi destacado no capítulo dois desta monografia.

Este grande impacto que o setor terciário tem na economia deste país, com destaque para o setor de turismo, diferentemente da grande maioria dos países do bloco, foi destacado por Fernandes (2017), em que realçou que o turismo é uma atividade estratégica para o desenvolvimento socioeconômico cabo-verdiano. Conforme Tavares (2011), em Cabo Verde grande parte oportunidades de emprego registrada nos últimos anos se concentra no setor dos serviços, onde os empregos mais atraentes e dinâmicos estão associados ao turismo, que também contribui com maior porcentagem na economia, fazendo com que o setor de serviços se destaque em termos de representatividade do PIB.

Essa informação é confirmada por Fernandes (2017) que apresentou a estrutura de emprego do país, mostrando que apesar de ainda o setor terciário gera emprego abaixo do seu potencial, considerando a demanda de disponível, mas de 2012 e 2014 este registrou maior taxa de expansão do emprego, cobrindo os 61% contra 1,8% do setor secundário e 16,7% do setor primário. Já com relação a contribuição dos três setores no PIB de modo geral, o setor terciário apresenta 61,3% da representação contra 18% do setor secundário e 8,5% do setor primário, (INE, 2015).

No que diz respeito a taxa de crescimento do PIB dos países da CEDEAO ao longo do tempo, em particular o Cabo Verde, pode-se perceber que há muitas variações no comportamento desse indicador ao longo dos quarenta anos analisados na Figura 4 abaixo, partindo do quinto ano após a criação do bloco, na qual Cabo Verde se integrou em 1976 após a sua independência em 1975.

Figura 4 – Taxa de crescimento do PIB dos países da CEDEAO em porcentagem (1980-2015)



Fonte: FMI (2019)

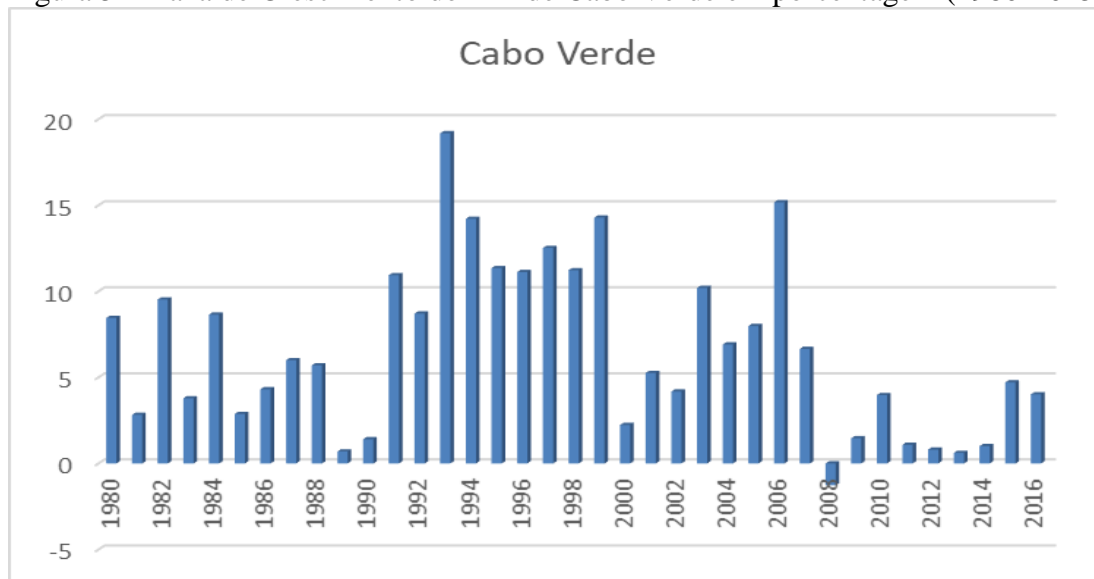
De acordo com os dados do FMI (2019), a taxa de crescimento do PIB dos países da CEDEAO apresentou variações muito divergentes nos dados plotados no gráfico da figura acima. Por exemplo, em 1980 pode-se perceber nitidamente um destaque da Guiné-Bissau em relação aos demais países, em que alcançou uma taxa de crescimento pouco mais que 18,17%, ao passo que os demais cresceram menos que metade da sua taxa, sendo que os três países tiveram crescimento negativo – Gana, Togo e Nigéria, com forte impacto para a maior economia da região, Nigéria, que cresceu -13,3%. Evidenciando as divergências do crescimento destacado, cinco anos depois em 1985, a Guiné-Bissau que havia crescido mais que metade de todos os demais países, passou a ter um crescimento negativo, ou seja, foi o único país que teve crescimento negativo no ano de 1985 num valor de -0,79 %.

Esse comportamento do crescimento divergente e negativo em determinados momentos para alguns países, continuou ao longo da série analisada, como nos casos de Togo, Serra Leoa, Costa do Marfim, Gambia, Libéria e Nigéria, que apresentaram crescimentos negativos após 1980, concretamente nos anos de 1990, 2000, 2010 e 2015 respectivamente, como podem ser constatados na figura apresentada acima. Esse comportamento pode ser explicado em parte pelas crises sociopolíticas que afetaram alguns países do bloco ao longo dos últimos quarenta anos.

Por sua vez, Cabo Verde, como se pode perceber na figura 5, apresentou variações moderadas na taxa de crescimento, com exceção de alguns anos em que teve sobressaltos nesse indicador, como de 11,35% em 1995, 8,45% em 1980 e 7,98% em 2015, respectivamente. Assim, nos demais anos analisados, apesar de nunca ter apresentado taxas de

crescimento negativas, mas o país sempre cresceu muito baixo se comparado com os demais membros da CEDEAO. Esse fato de baixo nível de crescimento pode estar diretamente relacionado com a dinâmica econômica de países da sub-região ou da Europa, pois como a economia cabo-verdiana é baseada em turismo, o seu crescimento acelerado depende de bom andamento da economia de outros países, cujos cidadãos visitam o arquipélago nos momentos de férias laborais.

Figura 5 – Taxa de Crescimento do PIB de Cabo Verde em porcentagem (1980-2015)



Fonte: FMI (2019).

Deste modo, o relatório do Banco de Cabo Verde – BCV (2006) mostra que por além do impacto do setor de turismo no crescimento do PIB do país, a demanda interna também impulsionada esse crescimento, principalmente o componente consumo público, consumo privado e investimentos. Segundo o mesmo relatório, o componente da procura interna que tem contribuído com maior fatia para o crescimento econômico, diz respeito ao consumo das famílias que representa 83,3% do PIB em 2005, pois o rendimento disponível da família aumentou e passou a favorecer a expansão das despesas de consumo.

Já o consumo público registrou um crescimento de 8,4% em termos reais devido a uma política mais expansionista do setor público, especificamente os gastos com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços. O investimento por sua vez em comparação com o ano anterior desacelerou, registrando um crescimento de 4,4%, pois a Formação Bruta de Capital Fixo em material de transporte recuou 2% em termos reais face ao ano anterior, 2004. Ainda segundo o relatório, a queda da demanda externa para o setor de turismo vem contribuindo negativamente na evolução do produto os últimos anos.

De acordo com o relatório do BCV (2011), a atividade econômica voltou a melhorar devido à melhoria do enquadramento internacional da economia cabo-verdiana. Logo, voltou a ter um efeito positivo no PIB, que foi de 3,7 % nesse mesmo ano. E o que mais contribuiu foi a forte recuperação da procura interna graças ao aumento do consumo privado e do investimento público, onde o crescimento real do consumo privado foi de 4% e os fatores que contribuíram neste crescimento foram o aumento do rendimento disponível das famílias que resultou do aumento dos rendimentos das empresas e propriedades de transferências internas, pensões, e transferências externas, nomeadamente remessas dos emigrantes, como também um aumento moderado nos preços. Por outro lado, o consumo público apresentou um abrandamento por volta de seis pontos percentuais em termos reais, isto aconteceu devido à evolução moderada das despesas correntes, as despesas com pessoal e com aquisição de bens e serviços.

Os investimentos cresceram na ordem dos 4,1 % em 2010, após uma contração de 9,2 % no ano anterior. A recuperação do investimento refletiu o comportamento globalmente favorável da Formação Bruta de Capital Fixo principalmente da construção, graças ao dinamismo do setor público onde os investimentos públicos cresceram de 7,3% para 37% em termos reais. Por sua vez, o investimento privado apesar de apresentar uma queda, teve melhores resultados de que no ano anterior, graças a recuperação dos investimentos externos, em especial o setor imobiliário – turístico, no setor financeiro e os investimentos residenciais e empresariais internos (BCV, 2011).

No contexto externo, com a recuperação do comércio internacional, a exportação de bens e serviços cresceu 14% em 2010, sendo influenciado pela evolução globalmente de diferentes mercados, verificando uma forte aceleração tanto dos bens como a aceleração em termos nominais das reexportações de combustíveis e víveres nos portos e aeroportos internacionais do país. O setor de pescada também evoluiu significativamente alcançando 68,8%, como também dos serviços de turismo, onde as receitas brutas cresceram 6,3% e de transportes aéreos que cresceram 33,2%. Por sua vez as importações também registraram um crescimento de 4,1% em termos reais, devendo a evolução dos comportamentos dos componentes da procura global com forte conteúdo importado, em especial os investimentos, em termos agregados, (BCV, 2010).

Por fim, no ano de 2015 o ritmo de crescimento da economia de Cabo Verde já vinha mostrando melhora considerável, e o PIB respondeu com o crescimento de 4,71%. Esse avanço de acordo com informações da mesma instituição, foi graças à recuperação dos setores de alojamento, restauração e da agricultura em conjunto com o aumento da arrecadação dos

impostos pelo Estado. Porém, se olhar em termos de contribuição por setor, percebe-se que há uma desaceleração da economia provocada pela redução do valor acrescentado bruto dos ramos da construção, dos serviços de telecomunicações, dos correios e do comércio, como também a queda no ritmo de crescimento dos serviços da administração pública, (BCV, 2015).

Portanto, este cenário tem impactado, de certo modo, no nível de vida da população cabo-verdiana através dos indicadores socioeconômicos e, por ser um país pequeno e com reduzido número de habitantes, como destacado acima, tem ajudado na melhoria dos indicadores econômicos. Segundo informações do Conselho dos Ministros (2001), Cabo Verde vem alcançando crescentes níveis de desenvolvimento socioeconômico desde a independência, tornando-o um país que, de certo modo, alcançou algum nível de desenvolvimento considerável, quando for comparado com outros países e se considerar o seu potencial econômico. Entretanto, as últimas décadas foram marcadas efeitos de vulnerabilidade econômica, provocando o aumento de alguns indicadores como nível da pobreza, desemprego, baixo nível de produtividade, como também a forte dependência do setor externo em relação aos fluxos financeiros ou remessa do exterior, (FERNANDES, 2017).

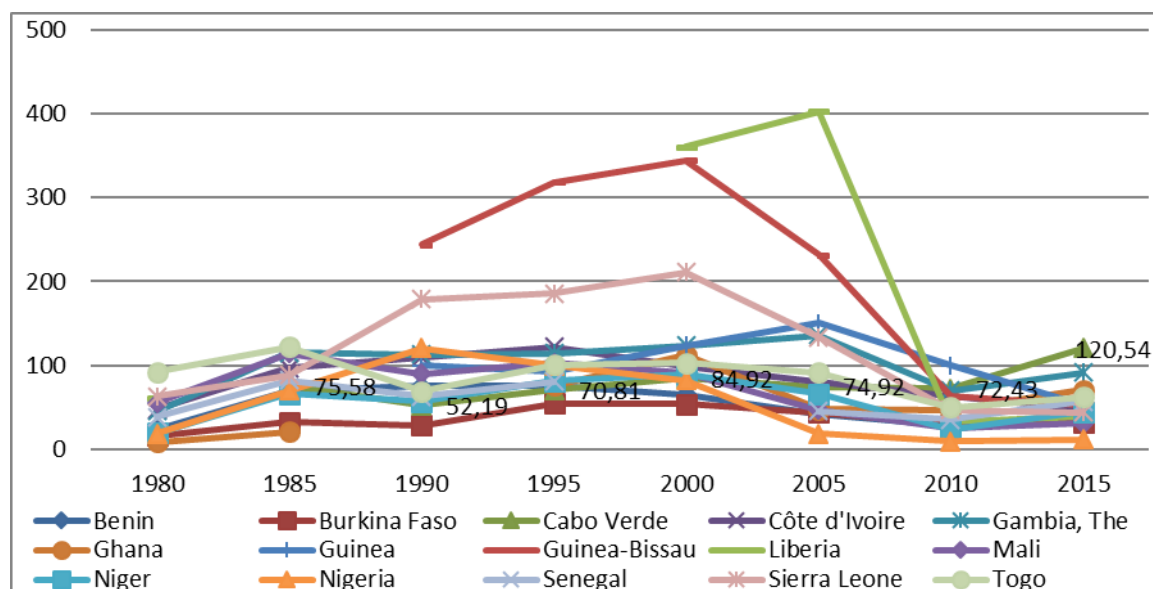
Na visão de López (2002), o modelo econômico adotado no país após a independência se traduzia numa visão da economia planificada com foco em ajuda pública para o desenvolvimento, nas remessas dos emigrantes, entre outros. Assim, percebe-se que a ajuda externa passou a ser muito fundamental para a dinâmica econômica de Cabo Verde até a atualidade. Passando alguns anos da independência, concretamente nos anos de 1982 e 1985, foram iniciados os planos desenvolvimentistas com a implementação do primeiro Plano Nacional do Desenvolvimento (PND), em que o propósito do plano foi a instituição das bases para criação das infraestruturas necessárias, industrialização, redução da pobreza, geração de emprego e renda, fortalecimento do setor empresarial, entre outros setores da economia, (ROCHA, 2008). No subtópico seguinte abordam os indicadores relacionados a dívida, inflação e investimento estrangeiro direto nos países membros da CEDEAO, destacando Cabo Verde.

4.2 Análise da dívida pública, IDE e inflação dos Países da CEDEAO

Neste subcapítulo foi feito uma comparação na evolução dos indicadores econômicos, como dívida pública, taxa de inflação e Investimento Direto Estrangeiro dos países da CEDEAO, onde o foco principal é o Cabo Verde, a fim de apresentar as diferenças

existentes entre esse país e os demais membros do bloco. Também, visa buscar entender o porquê que a partir de 2010, Cabo Verde se transformou no país que com dívida crescente ao passo que dos demais países vinham decrescendo.

Figura 6- Dívida pública dos países do CEDEAO em porcentagem do PIB (1980-2015)



Fonte: FMI (2019).

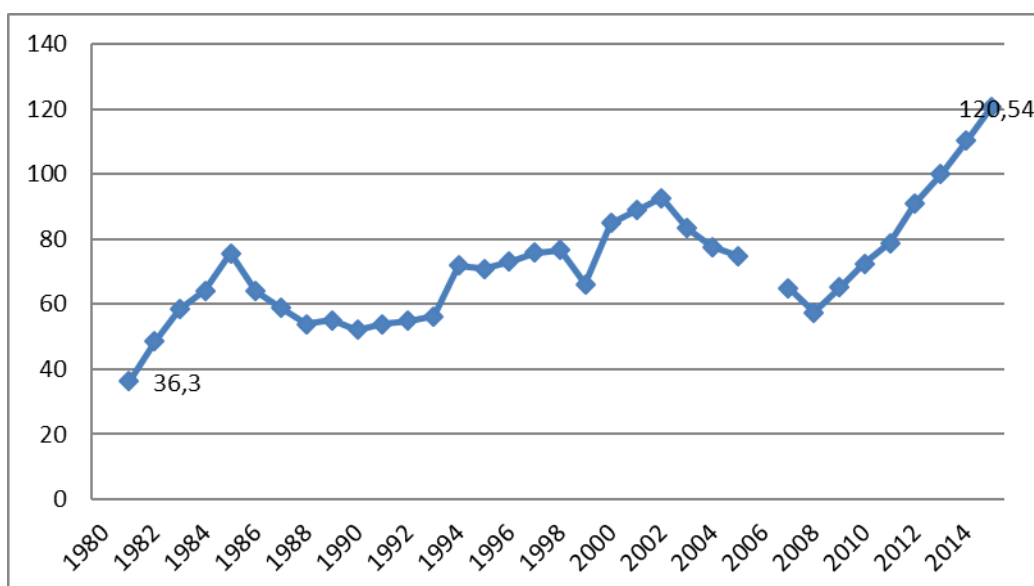
Assim, o gráfico da Figura 6 apresenta a variação da dívida pública dos países membros da CEDEAO em relação ao PIB. Como se pode verificar na figura acima, a maioria dos países membros do bloco apresenta ao longo do tempo elevado valor percentual da relação dívida PIB, o que aconteceu por um período pouco menos de três décadas, ou seja, de 1980 a 2010, com destaque para Libéria, Guiné-Bissau e Serra Leoa. Portanto, a partir de 2005 esse comportamento passou a se inverter para a grande maioria dos países da região, proporcionado pelo *boom* dos preços do mercado de commodities, onde a maior parte dos países membros da CEDEAO, aproveitou a receita das exportações de commodities para abater as suas dívidas. Por exemplo, no caso da Libéria que em 2005 apresentava uma dívida na ordem de 405% do PIB, decresceu acentuadamente em 2010 atingindo os 33,43% do PIB. O mesmo comportamento é verificado para a Guiné-Bissau, que atingiu níveis altos da dívida em 2000, estando na ordem de pouco mais de 300% e depois apresentou uma queda chegando a 62,91 % em 2010.

Esse comportamento decrescente da dívida pública verificado na maioria dos países da CEDEAO, sobretudo, a partir de 2010, não acontece com o Cabo Verde, podendo ser explicado pelo fato de que o país não dispõe de abundância de recursos naturais ou commodities para exportação, sendo que a economia é sustentada, maioritariamente, através de serviços de turismo, que não dão conta das despesas do Estado, precisando, com isso, fazer

mais dívida para sanar suas despesas correntes e de investimento público. Por essa razão, o país recorre a pacotes de financiamento, através de concessão de empréstimos junto a organizações internacionais.

O impacto dessa decisão dos gestores em fazer mais dívidas, fica evidente no gráfico da figura acima a partir de 2010, em que a dívida pública cabo-verdiana passou a apresentar um crescimento exponencial, justamente a partir de 2008, quando o mundo ocidental começou a viver o advento da crise financeira mundial no mercado imobiliário, saindo de 36% em 1980 para atingir em 2015, cerca de 120% do PIB, conforme pode ser observado de maneira mais evidente no gráfico da Figura 7 abaixo.

Figura 7 - Dívida pública de Cabo verde unilateralmente em porcentagem do PIB (1980-2015)



Fonte: FMI (2019).

Segundo Monteiro (2010), de 1980 a 1991 foi a etapa da reconstrução nacional, a partir de 1991 o governo começou a implementar reformas econômicas com o intuito de criar um quadro legal e institucional característico de uma economia de base privada, regulada pelos mecanismos de mercado. O ponto principal desta reforma era afastar o Estado das atividades produtivas e introduzir mecanismos de controlo indireto na economia. A estratégia deu ao país uma integração dinâmica no mercado mundial e criou condições para atrair investimentos externos e garantir a livre circulação de pessoas, capitais, mercadorias e tecnologias. Mas, a adoção desta estratégia agravou também a situação da dívida interna, que alcançou os 46% do PIB em 1996, fazendo com que as despesas públicas atingissem níveis insustentáveis, financiadas através dos recursos externos.

A partir de 2003 a dívida pública interna apresentou uma trajetória descendente devido a algumas medidas adotadas como política de gestão eficiente e rigorosa, a

depreciação do dólar e a dinâmica do crescimento econômico no ano de 2007 que fez com que a dívida externa diminuísse em termos do PIB. Esse cenário passou a diminuir a necessidade de financiamento através do endividamento interno, pois o governo reduziu o crédito líquido junto ao sistema bancário aproveitando os rendimentos obtidos com a alienação do capital social da Empresa Nacional de Combustíveis - ENACOL.

No ano de 2010 devido ao aumento da necessidade de financiamento o stock da dívida pública aumentou 8,4 pontos percentuais, situando no 77,6% do PIB, isto reflete o aumento do endividamento externo, pois a dívida interna em relação ao PIB decresceu 0,6 pontos percentuais. Esse comportamento apresentado pela economia cabo-verdiana ao longo do tempo remete ao questionamento sobre o comportamento da entrada de investimento estrangeiro direto na economia do país, uma vez que a elevação de volume de dívida de um país é visto como retração de investimento estrangeiro direto, com a exceção de alguns países que dispõem de economias de maior dimensão e mais dinâmicas. Por exemplo, tabela abaixo apresenta o valor monetário do investimento estrangeiro direto recebido pelos países da CEDEAO ao longo dos vinte e seis anos.

Tabela 4 – Fluxo de investimento externo direto na CEDEAO em milhões de dólares (1990-2016)

	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016
Benin	62	78	14	13	33	60	14	64	53	170	177	230	405	161
Burkina Faso	-	3	18	16	4	23	15	14	34	106	35	329	356	309
Côte d'Ivoire	48	69	118	269	760	235	213	283	319	446	339	330	439	481
Cabo Verde	-	-	2	29	9	43	39	68	131	209	159	126	180	119
Ghana	15	23	233	120	167	115	59	139	636	1220	2527	3293	3357	3485
Guinea	18	20	-	24	18	10	30	98	125	256	101	606	77	104
Gambia, The	14	13	9	18	24	44	43	56	82	70	37	41	35	-2
Guinea-Bissau	2	6	-	1	4	1	4	9	17	5	33	7	29	20
Liberia	225	-11	17	-132	190	21	3	75	108	284	450	985	277	453
Mali	6	-22	17	43	9	82	244	101	83	180	406	398	144	126
Niger	41	56	-11	2	-1	8	2	20	51	340	940	841	822	293
Nigeria	1003	1157	2287	2191	1210	1310	2040	2127	4898	8249	6099	7127	4694	4449
Senegal	57	22	67	5	60	63	78	77	220	398	266	276	403	393
Sierra Leone	32	-6	-3	1	-	39	10	61	59	58	238	722	404	516
Togo	23	-13	16	14	19	41	53	59	77	24	86	122	54	255

Fonte: FMI (2019)

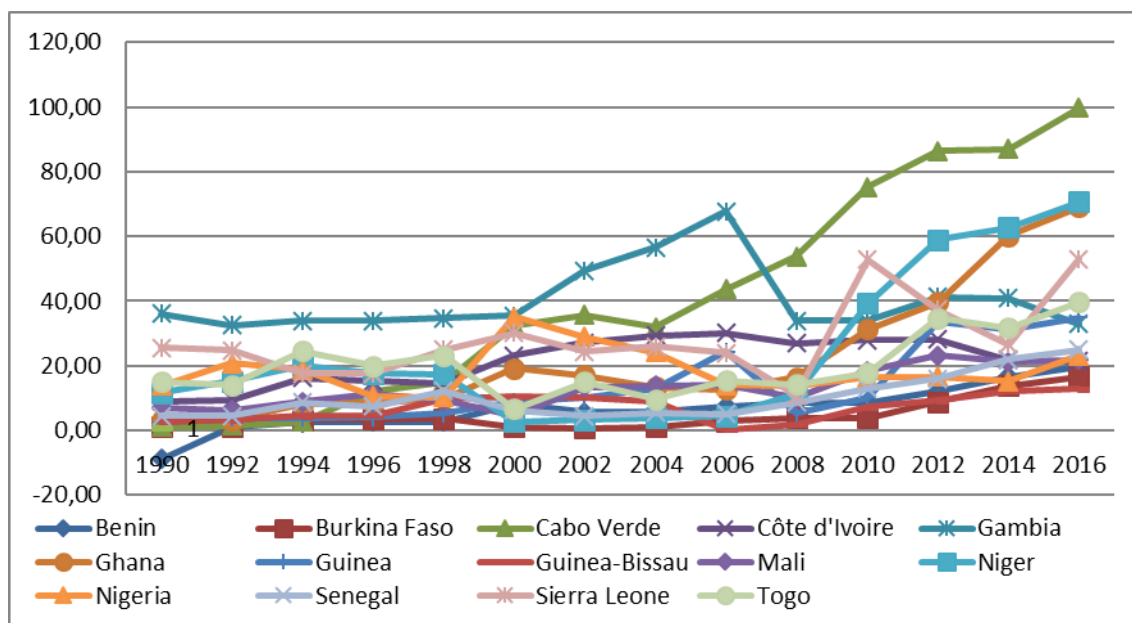
A grande maioria dos países membros da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, possui recursos naturais e minerais, esses recursos atraem os investidores externos, mas a instabilidade política, alta índice de corrupção, o custo elevado de fazer

negócio e a falta de infraestrutura física e a dificuldade ao acesso à capital, tem uma influência negativa na imagem do continente e da desta região especificamente, o que faz com que o fluxo do investimento externo direto seja baixo, com a exceção de alguns países como a Nigéria e Gana. Como se pode perceber na tabela, a Nigéria é o país do bloco que tem um nível elevado do fluxo do investimento externo direto devido a um maior nível de atração e um mercado doméstico com razoável poder de consumo e mão de obra relativamente mais qualificada, registrando no ano de 2016 um total de US\$ 4,449 bilhões. No período de 1990 a 1998, a Nigéria Costa de Marfim e a Gana, adotaram programas de privatizações que desencadearam um número crescente de projetos de investimento externo direto (UNCTAD, 2019).

Em relação a Cabo Verde, apesar de vários problemas econômicos e sociais, tem apresentado um número significativo do volume de investimento estrangeiro em relação ao PIB. Essa alta presença do fluxo do IDE é um reflexo, de certo modo, da sua performance junto aos seus parceiros e junto aos organismos internacionais, como também de adoções de políticas e regulamentos dos produtos que têm a oferecer, atendendo as suas condições de demanda interna. Porém, a partir de 2002 houve uma desaceleração devido a conjuntura financeira pela qual vivia o país no tocante a dificuldade em satisfazer as suas obrigações no quadro do serviço da dívida e ao déficit de reservas relativamente à divisas (NASCIMENTO, 2009).

Observando os dados da Tabela 5, em que a análise do fluxo de investimento estrangeiro direto se inicia a partir de 1994, o Cabo Verde vem crescendo rapidamente na atração do IDE, explicado também pela situação política e social estável, o que por si só faz demandar um alto volume de investimento nos setores estratégicos como no do turismo, através de construções de hotéis, estradas e outras infraestruturas importantes, dado o potencial que o país apresenta neste setor. O setor terciário, mais especificamente do turismo é o responsável por impulsionar o crescimento de outros setores da economia do país, como explicado anteriormente neste capítulo. A Figura 8 abaixo representa o peso do investimento estrangeiro direto no PIB dos países da CEDEAO.

Figura 8 – IDE dos países da CEDEAO em porcentagem do PIB (1990-2016)



Fonte: FMI (2019).

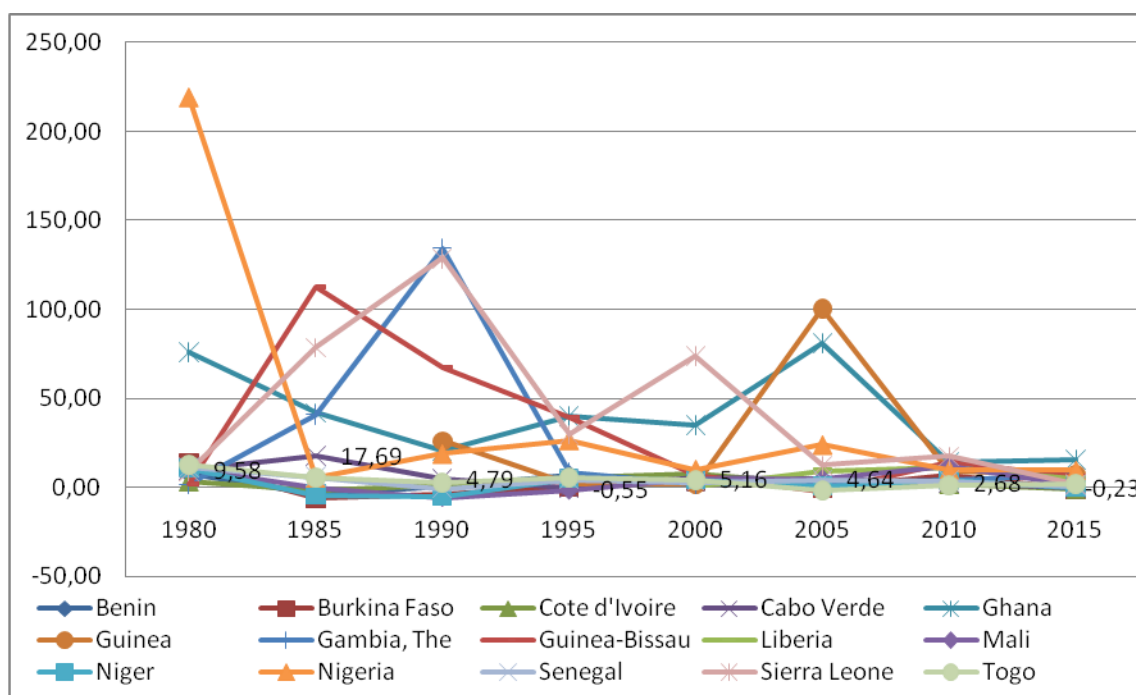
Segundo os dados da FMI na imagem plotada do gráfico, o investimento direto externo em relação ao PIB apresenta um crescimento gradual ao longo dos anos em alguns países do bloco. Por exemplo, o Benim apresentou um resultado negativo em relação ao PIB em 1990, -8,81% e dois anos depois apresentou um crescimento de 1,55%. Já com relação ao Cabo Verde, pode-se perceber que do mesmo modo que o país apresentou taxa de crescimento da dívida em relação ao PIB ao longo do tempo, também apresentou uma relação de investimento direto estrangeiro com o PIB muito elevado. Pois, pode-se ver na Figura 8 que desde o ano 2000, Cabo Verde vem apresentando um crescimento exponencial da relação do investimento estrangeiro direto com o PIB, estando muito acima dos demais países da CEDEAO comparativamente.

Esse resultado também é influenciado fortemente, pela inserção do país na Organização Mundial do Comércio e a parceria com a União Européia, sobretudo, a partir do momento que se tornou membro da Agência Multilateral de Garantia e de Investimento (MIGA) em abril de 1998. A partir desse momento, o país se tornou mais atrativo e com maior credibilidade a nível mundial, o que contribuiu para um ambiente favorável ao desenvolvimento do Investimento Externo Direto, também foi criada a lei do investimento externo, que designa o âmbito e as formas de entrada do Investimento Externo Direto no país. O decreto ainda regulamenta os processos de autorização para a realização de investimentos externos diretos e para a organização do respetivo registro previsto pelo artigo 5º da Lei nº 89/IV/93 de 13 de dezembro (NASCIMENTO, 2008).

Portanto, como forma de terminar a análise dos indicadores macroeconômicos dos países da CEDEAO, apresenta-se, por fim, a evolução da taxa de inflação dos países do bloco, desde 1980 a 2015, como forma de mostrar o comportamento dos níveis de preços nesses países, ou seja, esta análise permite visualizar o ritmo da economia dos países ao longo do período analisado, com destaque para Cabo Verde.

Com isso, segundo os dados do FMI (2019), a taxa de inflação dos países pertencente a CEDEAO apresentou comportamento descendente ao longo dos anos como se pode perceber no gráfico da Figura 9. Por exemplo, em 1980 a Nigéria se destacou em relação aos outros países do bloco, pois alcançou uma taxa de inflação equivalente aos 219%, enquanto alguns países tiveram um crescimento no nível dos preços relativamente baixo, como no caso de Togo e grande maioria dos países. Destacando as diferenças de inflação apresentadas, em 1985 a Nigéria que tinha uma alta taxa de inflação em relação aos demais no ano de 1980, apresentou uma queda brusca, passou de 219% naquele ano para 5% em 1985, ou seja, cinco anos conseguiu reduzir drasticamente o nível de inflação na economia, como mostra a Figura 9 abaixo.

Figura 9 – Taxa de inflação dos países da CEDEAO (1980-2015)



Fonte: FMI (2019)

Os países que apresentaram uma taxa de inflação moderada como a Serra Leoa e Guiné-Bissau ao decorrer dos anos, tiveram crescimentos graduais e depois quedas bruscas. Por exemplo, a Serra Leoa de 1980 a 1985 a taxa de inflação passou de 8,70% para 78,50%, continua crescendo até atingir 128,76% em 1990 e depois apresenta uma queda brusca com

uma taxa de 30%. Este mesmo comportamento é verificado também na taxa de inflação da Guiné-Bissau.

Por sua vez, Cabo Verde apresentou taxas moderadas e em alguns anos as taxas foram negativas, apresentando uma deflação, como por exemplo, em 1995 que foi de -0,55%, em 2004 e em 2015 foi de -0,23%, isso mostra desaceleração da economia desse país. Já nos outros anos apresenta crescimentos baixos, mantendo sempre na faixa de 1% a 6% e é um dos países que tem uma baixa taxa de inflação. Para uma melhor análise da inflação em Cabo Verde, se deve olhar para o período antes do peg, por exemplo, de 1994 a 1997, após um curto período de comportamento descendente do IPC é explicado, em parte, pelo impacto do mau ano agrícola que teve uma forte pressão sobre os preços de produtos básicos e pelo desequilíbrio orçamental de 1995/1996, o que teria acentuado as restrições da oferta (DELGADO; SANTOS, 2006).

Desse modo, de acordo com o relatório do Banco de Cabo Verde (2006), em 2005 a taxa de inflação teve uma tendência ascendente, medida a partir do Índice de Preços em termos de variação média anual, como de variação homóloga. O comportamento do IPC foi influenciado pelo comportamento dos bens alimentares que foram menos deflacionários durante o ano juntamente com o acréscimo registrado na classe habitação, equipamento e material de uso doméstico, que foi impulsionado pelo aumento do combustível no ano de 2004. Do mesmo modo, a taxa da variação homóloga do IPC manteve uma tendência crescente.

Ainda, segundo Banco de Cabo Verde (2005), o que impulsionou este crescimento foi da inflação importada e que esteja atrelado ao regime cambial de paridade fixa com o euro e a capacidade produtiva limitada, então a evolução dos preços internacionais determina o comportamento da inflação do país. No corrente ano, a evolução dos preços dos bens industriais, dos produtos energéticos e dos bens alimentares transformados e serviços contribuíram para o crescimento da inflação.

Assim, em 2015, houve uma evolução favorável nos preços do consumidor num ambiente de crescimento econômico e da queda contínua nos preços internacionais das matérias-primas. Apesar ter apresentado o valor mínimo de -0,23 em março do mesmo ano, a inflação média anual registrou uma inflexão da sua tendência, tendo fixado em 0,1% no mês de dezembro do mesmo ano. O impacto da subida do imposto sobre o valor acrescentado em todas as classes do índice de preço com intuito de Co-financiar o apoio às vítimas e a reconstrução das infraestruturas destruídas pela erupção do Pico do Fogo, levaram também à inflexão da tendência da inflação média anual. A queda no preço internacional dos bens

energéticos e a evolução contida no preço do consumidor e no produtor dos principais fornecedores do país, abrandaram parte substancial das pressões ascendentes sobre os preços, fazendo com que houvesse uma baixa inflação média anual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar os indicadores macroeconômicos de Cabo Verde em relação aos demais países membros do bloco econômico da CEDEAO. Com a análise feita nos quatro capítulos estudados ou apresentados ao longo da monografia, consegue-se chegar à conclusão que o país está em desvantagem em relação aos demais países do bloco.

Por exemplo, ao descrever sobre os aspetos geográficos de Cabo Verde percebe-se que este trás tanto benefícios como preocupações para o país, pois se encontra numa posição estratégica no mapa e em contrapartida o clima não favorece a prática da agricultura o que levou a adoções de políticas econômicas viradas ao exterior, que por um lado ajudou no crescimento do país, mas por outro gerou uma forte dependência de empréstimos junto aos órgãos internacionais pondo em causa a capacidade do país em honrar os pagamentos do mesmo.

Por sua vez, a inserção na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, foi fraca entre os países levando a um desempenho fraco do bloco em si e uma fraca interação entre os países. Assim, entende-se que apesar de não terem alcançados todos os objetivos propostos, o bloco da CEDEAO é de suma importância para o desenvolvimento de Cabo Verde, considerando a sua situação geográfica, vulnerabilidade e escassez de recursos naturais, apenas precisa explorar melhor a sua presença no bloco, ter mais intensidade nas relações econômicas e comerciais com os demais membros.

Como forma de aprofundar ainda mais na análise da situação de Cabo Verde neste bloco regional, as análises dos principais indicadores macroeconômicos ajudam a compreender a dinâmica econômica dos países da União tendo como destaque Cabo Verde.

Assim, conclui-se que em relação aos indicadores analisados, o Cabo Verde se encontra em real desvantagem em relação aos demais países do bloco, o que mostra a sua distancia em relação aos demais países, como por exemplo, elevado nível da relação dívida pública com o PIB alcançando 120% em 2015. Porém, existem alguns indicadores em que o país se encontra bem posicionado em relação aos restantes membros, como é o caso da relação investimento estrangeiro direto com o PIB, em que nos últimos anos o Cabo Verde vem crescendo neste indicador podendo alcançar aos 99% do PIB. Outro indicador em que esse país se situa melhor comparativamente aos demais membros da CEDEAO diz respeito a taxa de inflação que a partir de 1990 se situou abaixo dos cinco por cento, podendo ficar negativo em 2015, concluindo assim que há recessão na economia cabo-verdiana e indicando a necessidade de maior atividade ou reação dos setores produtivos.

REFERÊNCIAS

ADEBAJO, A. *The Curse of Berlin: Africa after the Cold War*. Scottsville: **University of KwaZulu-Natal Press**, ISBN: 9781869141967, 2010.

ADEBAJO, A. *The Curse of Berlin: Africa after the cold war*. Oxford: **Oxford University Press**, ISBN: 9780199333417, 2013.

ASANTE, S. **O Pan-africanismo e a Integração Regional: apanhada geral**. In: BOAHEN, Albert (Org.). *História Geral da África VIII. África sob a dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

BADI, M. *África en la globalización neoliberal: las alternativas africanas*. **Revista THEOMAI**. Estudios sobre sociedad y desarrollo, Buenos Aires, n.17, 1º semestre, 2008.

BADI, M. *La integración Regional en África: análisis político y económico*. **Cuadernos de Ciencias Económicas**, ISSN 0211-4356, nº40, p.53-97, Malaga , 2001.

BADI, M. K. *Ideologías y Experiencias de Integración Regional en África: problemas e perspectivas*. Tesis, Universidad Complutense, Madrid, 1992.

BANCO MUNDIAL. Database. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/search?q=cabo+verde>> Acesso em: abril de 2019.

BOAHEN, A. **A África Diante do Desafio Colonial**. In: BOAHEN, Albert Adu. *História Geral da África VII: África Sob Dominação Colonial, 1880-1935*. Brasília: Unesco, 2010. p. 1-20. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000324.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

BORGES, M. **Crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de porto novo- cabo verde e suas estratégias de sobrevivência**. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

CABO VERDE. **Constituição da República de Cabo Verde, 2010**. Disponível em: <<https://www.governo.cv/>> Acesso em: abril 2019.

CABO VERDE. Banco de Cabo Verde. **Relatório Do Conselho De Administração: Relatório e contas 2009**, Disponível em: <http://www.bcv.cv/SiteCollectionDocuments/Publicacoes%20e%20Intervencoes/Relatorios/Anual/2009/RCA2009.pdf>> Acesso em: abril 2019.

CABO VERDE. Banco de Cabo Verde. **Relatório do conselho de administração 2005**, Disponível em: <http://www.bcv.cv/SiteCollectionDocuments/Publicacoes%20e%20Intervencoes/Relatorios/Anual/1998%20a%202005/2005.pdf>. Acesso em: maio de 2019.

CABO VERDE. Banco de Cabo Verde. **Relatório e contas 2010**. Disponível em: <<http://www.bcv.cv/vPT/Publicacoes%20e%20Intervencoes/Relatorios/Relatorio%20Anual/Paginas/RA2010.aspx?lst=1&page=1>> Acesso em: maio de 2019.

CABO VERDE. Ministério das Finanças e do Planeamento. Instituto Nacional de Estatística. **Anuário Estatístico: Cabo Verde 2017**. Disponível em < <http://ine.cv/publicacoes/anuario-estatistico-cabo-verde-2015/>> Acesso em: abril 2019.

CABO VERDE, Banco de Cabo Verde. **Relatório e contas 2018**. Disponível em < <http://www.bcv.cv/SiteCollectionDocuments/2019/2019/RCA%202018.pdf> > Acesso em: abril 2019.

CABO VERDE. Banco de Cabo Verde. **Relatório Do Conselho De Administração: Relatório e Contas 2016**. Disponível em: <http://www.bcv.cv/SiteCollectionDocuments/2017/RCA%202016.pdf>> Acesso em: abril de 2019.

CALICH, A. **O Papel Da Integração Regional Como Mecanismo De Inserção Internacional E De Promoção De Desenvolvimento: Um Estudo De Caso Sobre A SADC**. Dissertação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CARREIRA, A. **Os portugueses nos rios de Guiné (1500-1900)**, Lisboa: s.n., 1984.

CEDEAO. **La BIDD en Bref 2011**. Disponível em: < www.bidcebid.org/fr/documents/telecharger.php?filename=bidcenbref.pdf > Acesso em: 22 jun.2018.

CEDEAO. **La BIDD en Bref 2010**. Disponível em: <www.bidcebid.org/fr/documents/telecharger.php?filename=bidcenbref.pdf>. Acesso em: 22 jun.2018.

CUA. Terceira Publicação, *African Union*, Adis-Abeba, julho, 2011.

DA GRAÇA, F. **Amílcar Cabral e o Regime de partido Único em Cabo Verde**. Dissertação, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2013.

DA SILVA, J. **A Integração Econômica Da Guiné-Bissau Na UEMOA**. Monografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

DELGADO, J. SANTOS, O. **Determinantes da inflação em Cabo Verde**. Disponível em: < <http://www.bcv.cv/SiteCollectionDocuments/Publicacoes%20e%20Intervencoes/Working%20Papers/2006/caderno04.pdf>> Acesso em: abril 2019.

DIALLO, M. **África Ocidental: Oportunidades e Desafios da Integração Regional frente as Relações Interafricanas**. Tese, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

DJAU, M. **Guiné-Bissau em face do processo de integração econômica e monetária na África Ocidental: contemplando a integração regional como instrumento de promoção do desenvolvimento**. Tese, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

ECOWAS. **Basic Information**. Disponível em: <<https://www.ecowas.int/about-ecowas/basic-information/>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

FERNANDES, A. **A Integração Econômica como Estratégia de Desenvolvimento do Continente Africano: proposta de Fusão entre a Comunidade Econômica dos Estados da**

África Ocidental (CEDEAO) e a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMAO). Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

FERNANDES, L. N.; BOUKOUNGA, J. C.; JUNIOR, J. F. Integração econômica regional na África Ocidental. **Revista Conjuntura Austral**, ISSN: 2178-8839. Vol. 2, nº. 8. Out. Nov. 2011.

FERNANDES, S.. **Evolução e contribuição do setor pesqueiro para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental de Cabo Verde.** Dissertação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

FMI. **Database.** Disponível em:<<https://www.imf.org/en/search#q=CABO%20VERDE&sort=relevancy>>. Acesso em fevereiro de 2019.

FRUCTUOSO, L.; AMARAL, S. África: o despertar de um continente. **ETIC**, Anais, ISSN 1809-2551, Vol.05, nº.05, Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, Presidente Prudente, 2009.

GALVÃO, H.; SELVAGEM, C. Império Ultramarino Português: monografia do império. Vol. 1. Lisboa: imprensa nacional de publicidade, 1950.

GIL, A. **Métodos e Técnicas De Pesquisa Social.** 6ª. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2008.

GIL, A. **Como Elaborar Projetos De Pesquisa.** 4ª. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

GOMES, J.(Portugal). **A Inserção de Cabo Verde na CEDEAO O Comércio e as Migrações.** Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2009.

HERNANDEZ, L. A África na sala de aula: visita à historia contemporânea. São Paulo: **Selo Negro**, 2005.

INE. **Database.** Disponível em:<<http://ine.cv/pib-e-componentes-anual>>. Acesso em maio de 2019.

KAMABAYA, M. **O renascimento da perspectiva da personalidade Africana.** Luanda, 2003.

KAMIAN, B. *La dynamique des integrations de la periodo coloniale à nos jours.* In: SANANKOUA, Bintou. Les États-Nations face à l'intégration régional en Afrique de l'Ouest: le Cas du Mali. p. 47-80 Paris, 2007.

KI-ZERBO, J. (Org.) **Historia geral da África.** v. 7-8. São Paulo: Ática/UNESCO, 1987.

MADEIRA, Miguel. **Há 244 milhões de falantes de português em todo o mundo.** Disponível em: <<https://www.publico.pt/2013/10/28/culturaipsilon/noticia/ha-244-milhoes-de-falantes-de-portugues-em-todo-o-mundo-1610559>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

MARTA, E. **Potencialidades de a CEDEAO para um pequeno país insular em desenvolvimento o caso de cabo verde**. Tese Instituto Superior de Economia e Gestão de Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

MENDES, A. **O Processo de institucionalização do sistema partidário em cabo verde no período compreendido entre 1991 a 2011**. Tese, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

MENDES, D. **Perspectivas e alternativas para a economia de Cabo Verde**, Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MONTEIRO, F. **Dívida Pública: Uma Abordagem Teórica E O Caso De Cabo Verde**. Dissertação, Universidade de Cabo Verde & Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Praia, 2010.

NASCIMENTO, L. **Investimento direto estrangeiro em Cabo Verde**, Dissertação, Instituto Superior de Ciências do trabalho e da empresa, Lisboa, 2008.

NASCIMENTO, E. **Lutas africanas no mundo e nas Américas**. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). *A matriz africana no mundo*. São Paulo: Selo Negro, pp. 141 – 182 2008.

NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento da África. **NEPAD in brief 2001**. Disponível em: <<http://www.nepad.org>>. Acesso em: 25 de setembro, 2018.

PÉLISSIER, R.. **Historia da guine: portugueses e africanos no Sene Gâmbia (1841 - 1936)**. Editorial: Estampa, Lisboa: 1989.

RIBEIRO, L. **Da conquista europeia à descolonização**. In: VISENTINI, Paulo F; RIBEIRO, Luiz D; PEREIRA, Ana lúcia D. *Breve Historia da África*. Leitura XXI, Porto Alegre, 2007.

SANANKOUA, B. *Les États-nations face a l'intégration régional en Afrique de l'Ouest: le Cas du Mali*. Paris, 2007.

UEMOA. *Rapport Semestriel d'exécution de la surveillance multilaterale. Union Economique et Monétaire Ouest Africaine*; Juin, 2012. Disponível em: <http://www.uemoa.int/Documents/Publications/Surv_Multilaterale/2009/RSM_juin09.pdf>. Acesso em: 21 de agosto de 2018.

VIEIRA, A. **Política externa contemporânea de Cabo Verde: a aposta na política externa como motor de desenvolvimento**, Dissertação, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2012.

WADE, A. *Un destin pour l'Afrique: l'avenir d'un continent*. Ile de la Jatte, 2005.

Anexo

Os Gráficos abaixo são referentes à taxa do crescimento do PIB dos países da CEDEAO (em porcentagem de 1980 a 2015) e a fonte utilizada nos gráficos foi retirada no site do Fundo Monetário Internacional (2019).

